

indústria

128 2º Trimestre de 2021
Gratuita

REVISTA DE EMPRESÁRIOS E NEGÓCIOS

Confederações unem forças em defesa das empresas

ENTREVISTA

Jorge de Melo
CEO da Sovena

ECONOMIA CIRCULAR

CIP junta mais de 1.600
empresas para discutir
desafios

PROJETO PROMOVA

45% das mulheres
tiveram uma promoção
de carreira

FUNDOS EUROPEUS

Análise do Eurodeputado
José Manuel Fernandes



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

COVID SAFE

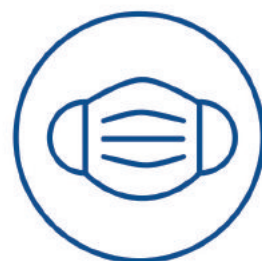


Demonstre aos seus clientes, colaboradores, parceiros e sociedade o compromisso e respeito pela saúde e segurança de todos e assegure a continuidade do seu negócio com confiança!

- ✓ Baseado nas orientações da Direção Geral da Saúde, Autoridade para as Condições do Trabalho e Organização Internacional do Trabalho;
- ✓ Verificação in loco do cumprimento de procedimentos e de práticas de segurança e saúde;
- ✓ Aplicável a qualquer tipologia de organização, de todos os setores de atividade.



MÁSCARAS SOCIAIS



Porque a conformidade de uma máscara social começa no seu processo de fabrico, a APCER disponibiliza o serviço de certificação deste produto.

- ✓ Utilização de marca nacional de produto certificado "Máscara para uso social DNP CWA 17753:2020", demonstrando a conformidade e segurança do seu produto;
- ✓ Aumento da confiança por parte dos seus clientes, reguladores e outras partes interessadas;
- ✓ Maior notoriedade da marca e reforço do acesso ao mercado nacional e aos mercados de exportação.



Uma voz coesa na defesa das empresas



António Saraiva
PRESIDENTE DA CIP

“Tivemos já oportunidade de assumir uma posição fundamentada e frontal na rejeição do injustificado prolongamento da obrigatoriedade do teletrabalho. Fomos ouvidos”

No programa da CIP para o triénio 2020-2022 reafirmámos a necessidade de a representação empresarial em Portugal convergir para a união das Confederações de Empregadores, dando assim mais força à defesa das empresas e da iniciativa privada. Acrescentávamos, a este propósito, que nunca deixaríamos de trabalhar nesse sentido.

De facto, nunca deixámos de trabalhar nesse sentido.

A nossa determinação, conjugada com as vontades da CAP, da CCP, da CPCI e da CTP, teve, finalmente, sucesso e resultou num quadro de cooperação formalizado, no passado dia 18 de maio, com a criação do Conselho Nacional das Confederações Patronais.

Foi dado, assim, um passo fundamental para que as cinco Confederações que integram este Conselho possam intervir de forma coesa, procurando, simultaneamente e em cada circunstância, as formas mais adequadas para a expressão e defesa dos interesses comuns em matérias transversais às empresas no seu conjunto.

Sem que esgote ou substitua as cinco entidades que integra – este Conselho reúne-as, no seu papel mobilizador do universo empresarial, fazendo ouvir uma voz coesa na defesa dos seus interesses comuns.

As causas comuns que nos unem são claras:

- O primado da iniciativa privada e da economia de mercado;
- A defesa das empresas e a promoção do empreendedorismo;
- A dignificação dos empresários e a valorização dos seus colaboradores;
- O crescimento da economia e a partilha da riqueza criada.

Unem-nos, também, os desafios transversais que as empresas têm pela frente.

Une-nos, sobretudo, o compromisso, que assumimos, de defender as empresas, face à adversidade que as ameaça e à urgência de colocá-las no centro da recuperação, que deverá assentar numa nova geração de políticas públicas e na utilização eficiente, rigorosa e transparente dos recursos públicos, nacionais e europeus.

Propusemo-nos, desde logo, a trabalhar em estreita ligação com o Governo no sentido de assegurar a reorientação do nosso modelo de crescimento e de desenvolvimento económico e social com vista à recuperação nacional.

Tivemos já oportunidade de assumir uma posição fundamentada e frontal na rejeição do injustificado prolongamento da obrigatoriedade do teletrabalho. Fomos ouvidos.

Move-nos a certeza do valor das empresas e a convicção de que a iniciativa privada é o motor da economia.

Juntos iremos mais longe. ■

indústria

Editorial 3

Em destaque 6

Confederações patronais unem-se para acelerar recuperação das empresas e da economia

Atualidade 12

Análise Fundos Europeus
Eurodeputado
José Manuel Fernandes

CIP junta mais de 1.600 empresas para discutir os desafios da Economia Circular

Projeto Promova
45% das mulheres tiveram uma promoção de carreira

Opinião 19

Armindo Monteiro

Associados 22

Mercadona

Entrevista 26

Jorge de Melo
CEO da Sovena

Economia 31

Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho

Conjuntura Económica 33

Internacional 37

Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia: um balanço

Empresas europeias e indianas discutem caminhos da cooperação

Homenagem 45

Francisco Mantero
1948-2021

Diretor

António Saraiva

Conselho Editorial

Carla Sequeira

Catarina Melo

Gregório Rocha Novo

Inês Vaz Pinto

Maria de Nazaré

Marta Silva

Miguel Boavida

Nuno Manalvo

Pedro Capucho

Secretariado

Filomena Mendes

Administração e Propriedade e Sede da Redação

CIP - Confederação Empresarial de Portugal

Praça das Indústrias

1300-307 Lisboa

Tel.: 213 164 700

Fax.: 213 579 986

E-mail: revista@cip.org.pt

NIF: 500 835 934

N.º de registo na ERCS - 108372

Depósito Legal 0870-9602

Estatuto Editorial

<https://cip.org.pt/revista-cip/>

Edição e Publicidade

Bleed - Sociedade Editorial e Organização de Eventos

Av. das Forças Armadas 4 - 8 B

1600-082 Lisboa

Tel.: 217 957 045

www.bleed.pt

info@bleed.pt

Conteúdos, Edição, Design e Paginação

F5C - First Five Consulting

Av. da Liberdade, n.º 230 - 3.º

1250-148 Lisboa | Portugal

T +351 210 322 500

F +351 210 322 539

www.f5c.pt

geral@f5c.pt

Impressão

Grafisol

Núcleo Empresarial da Abrunheira

Zona Poente - Pav.11 - Abrunheira

2710-089 Sintra

Periodicidade

Trimestral

Tiragem

10.000 exemplares



CIP

CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

Todo o seu negócio num terminal de pagamentos. **Aceita?**



REDUNIQ®

Enhanced
Payment Experience



CONFEDERAÇÕES PATRONAIS UNEM-SE PARA ACELERAR RECUPERAÇÃO DAS EMPRESAS E DA ECONOMIA



O Conselho Nacional de Confederações Patronais junta a CAP, a CCP, a CIP, a CPCI e a CTP e foi criado com o objetivo de assumir uma voz comum na defesa de temas que reúnam consenso entre as cinco confederações empresariais.

As cinco principais confederações patronais de Portugal decidiram unir esforços e falar a “uma só voz” em defesa de interesses transversais aos setores que representam. Para tal criaram o Conselho Nacional das Confederações Patronais (CNCP), uma plataforma agregadora, focada em “reforçar e acelerar a recuperação do tecido empresarial e da economia nacional”. Para além da Confederação Empresarial de Portugal (CIP),

o CNCP integra a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), a Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) e a Confederação do Turismo de Portugal (CTP). Na apresentação oficial desta nova plataforma de entendimento que aconteceu no passado dia 18 de maio, os representantes das cinco confederações patronais esclareceram que esta união



de esforços tem por base duas grandes preocupações: a preservação do tecido produtivo existente e a reorientação do modelo de crescimento e de desenvolvimento económico e social do país. O plano será pronunciar-se sob o “chapéu” do CNCP relativamente a questões que, “de forma horizontal” e transversal, e em termos empresariais, digam respeito ao desenvolvimento da economia. “Procuraremos encontrar consenso para que as respostas sejam fortalecidas pela união do

A união de esforços no CNCP tem por base duas grandes preocupações: a preservação do tecido produtivo existente e a reorientação do modelo de crescimento e de desenvolvimento económico e social do país

conjunto do setor empresarial do país”, contextualizou a este propósito Eduardo Oliveira e Sousa, presidente da CAP e porta-voz do CNCP, durante a apresentação da iniciativa. Na agenda deste novo Conselho Nacional está o objetivo de trabalhar no sentido de obter um enquadramento favorável que permita às empresas vencer cinco grandes desafios transversais com que se defrontam. Nomeadamente, a recuperação de clientes e mercados e a adoção de novas estratégias comerciais, a manutenção da



“Há um grande consenso sobre a bondade das medidas a propor”

JOÃO VIEIRA LOPES
PRESIDENTE DA CCP

Para o presidente da CCP, a importância das posições conjuntas do CNCP vai para além da crise económica ou da necessidade de acelerar a recuperação, defendendo o respetivo papel nos períodos de crescimento. “É nestes contextos que se devem implementar as reformas necessárias ao aumento da resiliência das empresas”, salienta João Vieira Lopes, acrescentando que nas posições conjuntas “há um grande consenso sobre a bondade das medidas a propor”, fator que diz ser decisivo para a sua aceitação.

Crítico para o setor do comércio e serviços, João Vieira Lopes considera ser “um enquadramento favorável ao exercício da atividade”, apontando para a redução de custos de contextos ao nível dos licenciamentos, questões ambientais ou dos fundos de compensação do Trabalho e Fundo de Garantia de Compensação do trabalho. “Todos estes domínios, porque transversais, são passíveis de uma resposta única, podendo o Conselho ser o porta-voz das preocupações das empresas nestas matérias”, diz.

competitividade à escala internacional, a captação e retenção de recursos humanos com as competências adequadas, o alcance de estruturas financeiras sólidas e a adequação dos investimentos a novos desafios, como a transição digital e a Economia Circular.

Tudo isso, visando ir ao encontro das causas matriciais partilhadas pelas cinco Confederações: o primado da iniciativa privada e da economia de mercado, bem como a defesa das empresas, a promoção do empreendedorismo, a dignificação dos empresários e a valorização dos seus colaboradores.



Aplicação dos fundos europeus em foco

Para o pós-pandemia, o CNCP destacou a necessidade de “ter empresas capazes de cumprir o papel a que são chamadas para a reconstrução europeia”. Nesse contexto foi recordado o “crescimento dececionante” que marcou a economia portuguesa nos últimos anos, em que o valor médio anual de crescimento do PIB se situou em 0,7%, “muito à custa do aumento da dívida ao estrangeiro”, e salientada a necessidade de serem delineadas estratégias de médio e longo prazo “para reforçar e acelerar a recuperação” rumo a “um novo ciclo e desenvolvimento, sólido e sustentado”. No quadro da recuperação, o CNCP defende a urgência de uma nova geração de políticas públicas e a utilização eficiente, rigorosa e transparente dos recursos públicos, nacionais e europeus. Eduardo Oliveira de Sousa referiu a não existência de “objetivos políticos individualizados”, contudo,

“Pensamos que sozinhos vamos mais depressa. Esquecemo-nos que juntos vamos, invariavelmente, mais longe. É para isso que aqui estamos. É para juntos irmos mais longe”

ANTÓNIO SARAIVA
PRESIDENTE DA CIP

este Conselho assume-se como tendo uma importante palavra a dizer no que respeita aos recursos financeiros disponibilizados pela União Europeia, seja através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) ou do próximo



“O crescimento só se faz através da iniciativa privada”

EDUARDO OLIVEIRA E SOUSA
PRESIDENTE DA CAP

O presidente da CAP destaca o importante papel que o CNCP poderá ter no contexto da crise económica resultante da pandemia, mas frisa que a união de esforços das cinco Confederações não se assume como “uma união reivindicativa no aspeto sindicalista”. Diz que reflete sim “uma vontade de trabalhar em prol de um crescimento cujas necessidades estão identificadas e que é necessário promover”, lembrando que esse “crescimento só se faz através da iniciativa privada”.

Neste âmbito, remete em concreto para os fundos europeus e para o Plano de Recuperação e Resiliência que vão apoiar a economia portuguesa na recuperação, mas onde considera que o tecido empresarial não está suficientemente abrangido. “O pendente está para o lado das instituições públicas e nós gostaríamos que estivesse para o lado das empresas”, contrapõe Eduardo Oliveira e Sousa.



“Os programas de apoio são áreas onde a nossa intervenção pode revelar-se fundamental”

ANTÓNIO SARAIVA
PRESIDENTE DA CIP

A intervenção do CNCP não terá como objetivo “sentar-se à mesa das negociações” com o Governo, mas sim “consolidar pontos de vista”, salienta o presidente da CIP. António Saraiva considera que “uma voz comum reduz o ruído, aumenta a pressão política sobre o Governo e permite que sejam definidos grandes temas que possam, a certa altura, ser conduzidos pela CNCP”, acrescentando que, para cada assunto, será escolhida uma forma de comunicação, o que poderá passar por posições escritas coassinadas ou outras iniciativas.

Face ao quadro atual em que a crise económica já está a ser sentida pelas empresas e trabalhadores, o responsável diz que “não há tempo a perder”, destacando o papel que o CNCP poderá desempenhar neste âmbito. “Os programas de apoio, designadamente o PRR, são áreas onde a nossa intervenção pode revelar-se fundamental para evitar políticas públicas erradas que seriam desastrosas para Portugal”.

Acordo de Parceria e respetivos programas. Defende que “deverão ser alocados coerentemente com essa estratégia económica” e “propõe-se a trabalhar em estreita ligação com o Governo”.

“O investimento privado é fundamental, neste momento, e naturalmente, nós temos uma palavra sobre aquilo que é o PRR e todo o dinheiro que vai ser inserido até 2030. Esse é o motivo essencial e que é urgente neste momento”, frisou Manuel Reis Campos, presidente da CPCI. Uma posição reforçada pelo presidente da CCP. “O facto de haver um PRR e um novo programa de fundos europeus, de estarmos a sair da pandemia e de haver uma perspetiva de recuperação é um



Da esquerda para a direita: Eduardo Oliveira e Sousa presidente da CAP; Manuel Reis Campos, presidente da CPCI; Francisco Calheiros, presidente da CTP; António Saraiva, presidente da CIP, e João Vieira Lopes, presidente da CCP



“Esta união dar-nos-á mais força na defesa da iniciativa privada”

FRANCISCO CALHEIROS
PRESIDENTE DA CTP

Francisco Calheiros, presidente da CTP, destaca o cariz mobilizador que o CNCP poderá ter em prol das empresas e da economia nacional. “Acredito que esta união dar-nos-á mais força na defesa da iniciativa privada e da economia de mercado, da promoção do empreendedorismo, da dignificação dos empresários e da valorização dos trabalhadores, fatores essenciais à recuperação económica”, acredita o representante das empresas do setor do turismo, salientando a ambição do CNCP de “fazer parte dos processos de decisão” que permitam às empresas retomar a linha de crescimento e vencer o atual contexto adverso. “A regeneração, a capitalização e o aumento da competitividade das nossas empresas bem como o investimento na formação e qualificação dos recursos”, são, segundo Francisco Calheiros, “os temas críticos para a economia e também para o turismo” e que são transversais a todos os setores.

dos motivos que nos junta”, justificou João Vieira Lopes, acrescentando que “vão ser precisas respostas globais”. Também António Saraiva, presidente da CIP, lembrou que ao PRR se soma o que ainda falta do Portugal 2020 (10 mil milhões de euros) e o quadro financeiro plurianual que se segue (cerca de 32 mil milhões). Neste sentido, o responsável da CIP defende que a ideia é encontrar “respostas coesas e por isso potencialmente vencedoras”, lembrando a máxima: “Pensamos que sozinhos vamos mais depressa. Esquecemo-nos que juntos vamos, invariavelmente, mais longe”, para enquadrar o espírito que está por detrás da criação do CNCP.

Uma liderança rotativa

Em termos orgânicos, e apesar de juntar várias confederações patronais, o CNCP não tem como objetivo sobrepor-se ou retirar a autonomia a nenhuma individualmente, nem terá uma constituição formal. “A relação interconfederações manter-se-á completamente independente. Ou seja, este organismo é apenas um unir de vozes” esclareceu a este propósito



“É fundamental que haja um esforço total perante os poderes públicos”

MANUEL REIS CAMPOS
PRESIDENTE DA CPCI

O presidente da CPCI lembra que a criação do CNCP “era já uma vontade e uma necessidade” que ganhou maior urgência face à pandemia e à crise económica. “Hoje, torna-se mais urgente mobilizar as empresas, a sociedade e o Governo de modo a aplicar e concretizar todo o dinheiro que aí vem da Europa e de que as empresas tanto precisam”, afirma Manuel Reis Campos, acrescentando que tal é essencial para que estas “voltem a ter confiança e a apostar no futuro”. Relativamente às questões mais críticas para o setor que representa, Manuel Reis Campos não detalha, preferindo abordar os pontos que unem o CNCP. “São fundamentais as especificidades da confederação a que estou ligado, mas há questões que são transversais ao resto das confederações. Segundo o presidente da CPCI, “é fundamental que haja um esforço total perante os poderes públicos no sentido de as empresas se preservarem, quer em termos do desemprego, quer em termos sociais, quer em termos do próprio tecido empresarial”.

Eduardo Oliveira e Sousa, acrescentando que o objetivo é ser “a voz do setor empresarial de todo o país”. Em termos funcionais, foi delineado que a posição de porta-voz deste CNCP será exercida de forma rotativa entre as cinco confederações patronais, com base numa ordem alfabética, e renovada trimestralmente. Após a CAP, caberá assim à CCP ser a segunda porta-voz da plataforma, dando-se seguimento à CIP, CPCI e CTP. ■

TROX[®] TECHNIK

The art of handling air

RESPIRE EM SEGURANÇA!



FILTRA
99,95 %
DE TODO
O TIPO DE
VÍRUS

PURIFICADOR DE AR TROX

A solução mais segura para lidar com aerossóis contaminados com vírus.

Com capacidade de filtrar 99,95% dos vírus, o novo PURIFICADOR DE AR TROX é eficaz contra o COVID-19. Do fabricante líder em tecnologia de ventilação e tratamento do ar.



Para mais informação

 **CONTIMETRA**

Lisboa - tel. 214 203 900 arcondicionado@contimetra.com www.contimetra.com

 **SISTIMETRA**

Porto - tel. 229 774 470 arcondicionado@sistimetra.pt www.sistimetra.pt



“É UM ERRO TOTAL DISCUTIR O PRR SEM SE DISCUTIR O PORTUGAL 2030”

O Eurodeputado José Manuel Fernandes analisou as diferentes opções de financiamento disponibilizadas pela União Europeia e debruçou-se em particular sobre o programa InvestEU que poderá ser utilizado para responder às necessidades de financiamento e de capitalização das PME.

As oportunidades para o tecido empresarial associadas aos fundos europeus que chegam a Portugal estiveram em debate na última reunião da Direção da CIP que contou com a participação do Eurodeputado José Manuel Fernandes. Na ocasião, o Eurodeputado que tem acompanhado as negociações destes apoios da União Europeia (UE) – tendo sido relator do programa InvestEU – defendeu uma discussão agregadora e não tão centrada

no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e chamou a atenção para outros instrumentos financeiros também acessíveis às empresas.

“Temos estado a discutir o PRR e sou muito crítico num ponto: é um erro total discutir o PRR sem se discutir o Portugal 2030”, começou por dizer José Manuel Fernandes, lembrando que são cerca de 30 mil milhões de euros os apoios associados ao próximo quadro

comunitário, acima dos 13,9 mil milhões de euros acessíveis em subvenções através do PRR.

“O PRR não devia ser para fazer mais do mesmo ou até para fazer o que o Portugal 2030 vai fazer. Devia ser para executar aquilo de que precisamos e que o Portugal 2030 não vai financiar”, explicou, acrescentando que “essa complementaridade se exigia” na discussão desses apoios.

Neste sentido, o Eurodeputado defendeu que primeiro deveriam ter sido definidos os objetivos a atingir em 2030, e só depois então avaliado o que cada instrumento financeiro permite fazer. “Em vez de se fazer a pergunta do costume – o que é que há a fundo perdido? – deveríamos perguntar: O que queremos? De que financiamento necessitamos? E depois olharmos então para as oportunidades”, afirmou.

InvestEU: uma ferramenta para apoiar pequenos projetos e PME

Na sua intervenção, José Manuel Fernandes salientou ainda a existência de um conjunto de importantes fontes de financiamento da UE para as empresas nacionais que vão para além do PRR e do Portugal 2030. Mais concretamente, o InvestEU, programa aprovado no Parlamento Europeu a 9 de março, que resulta da fusão de 14 instrumentos financeiros, e dá continuidade ao “plano Juncker” que apoiou mais de um milhão de Pequenas e Médias Empresas (PME). Este mecanismo pretende a mobilização

de 400 mil milhões de euros para apoiar investimentos públicos e privados que estejam em linha com as políticas da UE via empréstimos, podendo este ainda ser utilizado para capitalizar as PME.

“Um mesmo projeto pode ter uma parte financiada com empréstimos do InvestEU, outra que seja financiada por subvenções e ainda uma outra parte financiada pela banca”

Os empréstimos podem ter um prazo de até 30 anos, sendo as taxas de juro adequadas a permitir a viabilidade dos projetos em causa. Em termos concretos, “o InvestEU financia tudo o que o PRR e o Portugal 2030 não financiam”, explicou José Manuel Fernandes, destacando ainda o caráter “adicional” como seu princípio fundamental e a “mescla de fundos” que permite.

“Um mesmo projeto pode ter uma parte financiada com empréstimos do InvestEU, ter outra que seja financiada por subvenções e ainda uma outra parte financiada pela banca”, adianta o Eurodeputado. São quatro as janelas de investimento do InvestEU – infraestruturas sustentáveis; investigação, inovação e digitalização; PME; investimento social e competências – sendo que todo o tipo de empresas pode ser incluído em qualquer destas janelas,

à exceção daquela dirigida às PME. No InvestEU existem dois compartimentos: um europeu e um nacional. O compartimento europeu é uma garantia de 26,2 mil milhões de euros, sendo que o Banco Europeu de Investimento (BEI) gere 75% desta garantia e os restantes 25% destinam-se aos bancos de promoção nacional. Já no compartimento nacional um Estado-membro pode colocar recursos financeiros para constituir uma garantia e assegurar o financiamento dos projetos pretendidos. Há ainda a possibilidade de um Estado-membro colocar neste compartimento 4% do envelope do PRR e 5% do envelope da política de coesão.

“Portanto, um Estado-membro não tem a desculpa de que não tem recursos financeiros para constituir a garantia. Depois, com esse compartimento faz aquilo que entender em termos nacionais”, clarificou o Eurodeputado co-relator do InvestEU. Uma das características deste mecanismo é o facto de, através do compartimento nacional, ser possível apoiar pequenos projetos e, em concreto, as PME.

O Eurodeputado chamou ainda a atenção para a possibilidade de serem criadas plataformas de investimento – de âmbito regional, nacional ou temáticas, por exemplo – com vista a apoiar projetos empresariais mais pequenos. “Não vão ser financiados diretamente pelo BEI ou pelo implementing partner. É o Banco de Fomento ou um banco nacional que se candidata à garantia através de uma parceria com o BEI e depois é o banco que seleciona os projetos nacionais”, explica o Eurodeputado relativamente a este tipo de apoio. ■

“Em vez de se fazer a pergunta do costume – o que é que há a fundo perdido? – deveríamos perguntar: O que queremos? De que financiamento necessitamos? E depois olharmos então para as oportunidades”



Nº 1 EM FORMAÇÃO PROFISSIONAL



CIP junta mais de 1.600 empresas para discutir os desafios da Economia Circular

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal juntou mais de 1.600 empresas para discutir os desafios e obstáculos que se colocam à transição para uma Economia Circular. Um ciclo de sete debates, realizados ao longo do mês de junho, que permitiu ainda conhecer as melhores práticas já adotadas pelas empresas portuguesas em diferentes setores de atividade.

A iniciativa insere-se no projeto da CIP Economia + Circular, que conta com o apoio da EY-Parthenon, e que, além de fazer o levantamento do estado da arte da Economia Circular em Portugal, pretende ainda estimular a adoção de uma metodologia de medição da circularidade nas empresas portuguesas, amplamente testada a nível internacional, e desenvolvida pela Fundação Ellen MacArthur.

A urgência da transição de uma Economia Linear para uma Economia Circular está bem patente no quadro das políticas nacionais e europeias, e é condição essencial ao crescimento sustentável, bem como a uma economia competitiva e neutra em carbono.

No encerramento deste ciclo de webinars, Carla Sequeira, Secretária-Geral da CIP, deixou uma nota aos responsáveis políticos e aos representantes da sociedade civil: “Que não haja dúvidas que as empresas querem fazer a transição para uma economia verde. Mas essa transição tem de assegurar que as empresas europeias não perdem competitividade ao nível global, pois de outra forma será o emprego e a sustentabilidade social que estarão em causa”.

Também Inês dos Santos Costa, Secretária de Estado do Ambiente, destacou o desafio da regulação e legislação europeia no sentido de equilibrar as condições competitivas e de sustentabilidade das empresas europeias face às empresas de países terceiros.

Quadro legislativo e regulatório é entrave à circularidade

A legislação e o enquadramento regulamentar são uma das principais barreiras apontadas pelas empresas à adoção de processos mais sustentáveis e circulares. “É um tema com o qual nos deparamos no nosso dia a dia. Entendemos que devia haver mais confiança nas empresas, que são estranguladas com legislação normalmente extensa, difícil de interpretar, com processos extremamente burocráticos e com custos associados à sua análise e à emissão de licenças. Atualmente, até para reutilizarmos água tratada, necessitamos de ter uma licença. A simplificação seria um contributo muito positivo para a circularidade”, afirmava Rita Tovim, responsável pela área de Ambiente e Qualidade da Pavigrés. Críticas que foram transversais nos vários setores de atividade que participaram nestes encontros - têxtil, indústrias de base florestal, distribuição, química, cerâmica, metal e embalagens.

“A transição tem de assegurar que as empresas europeias não perdem competitividade ao nível global”

**CARLA SEQUEIRA,
SECRETÁRIA-GERAL DA CIP**

“Atualmente, até para reutilizarmos água tratada, necessitamos de ter uma licença. A simplificação seria um contributo muito positivo para a circularidade”

RITA TOVIM
PAVIGRÉS

Entre os entraves legislativos, as empresas destacam, sobretudo, as dificuldades no processo de desclassificação dos resíduos e a sua classificação em subprodutos, além dos custos associados ao licenciamento e a sua elevada carga burocrática, que os torna demorados

e complexos. Os responsáveis identificaram ainda os baixos preços das matérias-primas virgens como outra importante barreira à circularidade, sem que exista em Portugal um sistema fiscal que permita mitigar este efeito. Sobre o tema, o Ministro do Ambiente e da Ação Climática reconhece que “não temos um sistema orientado” para o reaproveitamento de materiais.

João Pedro Matos Fernandes adianta que:

“Não temos sequer um sistema fiscal que o beneficie. Eu gostava de poder dizer que é mais barato desconstruir um edifício e aproveitar o que ele lá tem para construir outro, do que encomendar ferro ou ir ao rio buscar areia para fazer as argamassas.

Não é mais barato. E por isso muitas coisas têm que mudar também do lado de quem aqui está, havendo uma política fiscal que possa ser diferente daquilo que é ainda hoje”.

Apesar das dificuldades, são muitas as empresas que já começaram a trilhar este caminho, embora a maioria dos cidadãos não estejam ainda sensibilizados para o tema. Por isso mesmo, as empresas defendem a necessidade de informar e sensibilizar os consumidores, não só sobre a emergência do desafio, mas também sobre questões práticas como a qualidade e performance das matérias-primas secundárias ou sobre a correta separação de resíduos, cuja quantidade de fluxos terá tendência a aumentar. “O consumidor tem de ter apetência e interesse nestas propostas. Não pode ser unilateral porque, caso contrário, não haverá implementação no mercado nem mudança de hábitos”, lembrava Ana Moreira, da Unilever.

O que se faz de melhor em Portugal

São muitos os exemplos de empresas que procuram diminuir a pegada carbónica, seja pela utilização e produção de materiais reciclados ou pela reutilização e valorização dos desperdícios. Na Valerius Hub, reciclam-se fibras têxteis e estuda-se o desenvolvimento de novas fibras a partir de papel, banana ou ananás. A Grestel apostou numa nova pasta de cerâmica composta em 97% por resíduos e subprodutos e que, no espaço de apenas um ano, permitiu à empresa reduzir os custos com a compra de matéria-prima em 6%, enquanto a produção cresceu 5%. Na HyChem procuram-se soluções viáveis para a produção de biocombustíveis para a aviação, quer a partir de biomassa de microalgas autotróficas, quer por via da fermentação utilizando resíduos florestais. Já na Silampos, empresa que lançou a primeira panela de pressão em Portugal em 1961, o produto é hoje modular, o que permite a sua reparabilidade, e é 100% reciclável. ■

Webinar	Co-organizado por	Show case de boas práticas
O exemplo dos têxteis e vestuário	ATP	Valerius, Sasia e JF Almeida
O contributo das indústrias de base florestal	AIMMP, APCOR e CELPA	The Navigator Company, Sonae Arauco, Amorim Cork Composites e SusDesign
Desafios no setor cerâmico	APICER	Grupo Pavigrés, Grestel e Roca
Desafios e oportunidades dos bioplásticos na distribuição	APED	Silvex
Contributo da química de base para a circularidade	APQuímica	Eco-oil, A4F/HyChem e Dow Portugal
Desafios e oportunidades no setor do metal	AIMMAP e APF	Silampos e Aapico
Estratégias adotadas nas embalagens	SPV	Unilever, Auchan e Nestlé



PROJETO PROMOVA

45% das mulheres tiveram uma promoção de carreira

Primeira edição do Promova chegou ao fim e o balanço é positivo. Quase metade das participantes progrediram na carreira no último ano e 20% chegaram ao Board.

A primeira edição do Projeto Promova, uma iniciativa da CIP – Confederação Empresarial de Portugal, com o objetivo de fomentar a promoção de talentos femininos com potencial de liderança a funções de gestão de topo nas empresas, chegou ao fim e o balanço é positivo: 45% das participantes foram promovidas no último ano e 20% ascenderam mesmo a cargos de liderança nos Conselhos de Administração das empresas.

A iniciativa, financiada pelos EEAGrants através do Programa Conciliação e Igualdade de Género, gerido pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, procurou reunir no mesmo plano curricular diferentes valências.



› Susana Ramos, Head of National Focal Point EEA Grants



› Daniel Traça, Dean da NOVA SBE, e António Saraiva, Presidente da CIP

Em parceria com a NOVA SBE, foi desenvolvido um programa de um ano, que incluiu módulos de formação executiva, sessões de coaching, onde é realizado um plano de desenvolvimento individual, e sessões de mentoria cruzada. No total, foram 96 horas de formação executiva, complementadas com coaching, mentoria e um vasto leque de eventos de networking, entre as participantes e com líderes de topo.

› Sandra Ribeiro, Presidente da CIG e Ellen Aabo, Encarregada de Negócios da Embaixada da Noruega



› Evódia Graça, Leadership Coach & Image Manager



› Ana Rita Gomes da Fidelidade, Sandra Ferreira da EDP e Luísa Santos do Millennium BCP





› Pioneiras do Promova concluem primeira edição do Projeto



› António Saraiva, Presidente da CIP



› Paula Vieira da Silva e Marta Azevedo da Sonae MC

António Saraiva, Presidente da CIP, reforça a importância da promoção das mulheres a cargos de liderança: “A sociedade, e as empresas em particular, não podem desperdiçar 50% do talento disponível. É já reconhecido por todos que a diversidade das equipas de gestão, a par do conhecimento e das competências,

são os principais fatores de competitividade das empresas e, logo, da economia”. António Saraiva felicitou ainda as 32 participantes que, apesar de um contexto totalmente adverso, concluíram este projeto. A segunda edição do Projeto Promova já arrancou. As candidaturas são realizadas de forma conjunta, por

empresas e candidatas. Participam nesta edição a Whitestar Asset Solutions, Deloitte, EDP Inovação, EDP Global Solutions, Medtronic, L’Oréal Portugal, Mautomotive, Norfin, Faurecia, ActivoBank, Microsoft, Randstad, Worten, Toyota, EDP, Sonae, Zipy, Leroy Merlin, SONAE MC, Introsys, Fidelidade e Nova SBE. ■

Desafios e oportunidades do Teletrabalho



Armindo Monteiro
Vice-Presidente da CIP

"Para os empregadores e para os trabalhadores, a distância traduz-se no estabelecimento de uma cultura de confiança e responsabilidade mútuas"

Muito se tem falado de teletrabalho em Portugal mas, na realidade, apenas assistimos a uma forma excepcional e transitória de uma reorganização do trabalho, imposta pelos sucessivos estados de emergência. A pandemia de COVID-19 obrigou as Empresas, dos mais diversos sectores de actividade, a recorrer ao teletrabalho para evitar uma disrupção ainda mais vincada na actividade económica nacional. Por esta razão, é necessário distinguir as limitações do trabalho à distância enquanto medida sanitária, no presente, e as potencialidades do teletrabalho desenvolvido fora da era do coronavírus.

Parece-me evidente que o teletrabalho não é uma revolução! É, seguramente, uma evolução que ganhou impulso em consequência da situação epidemiológica e, na minha opinião, seria um retrocesso preocupante se fosse elaborada legislação precipitada

e avulsa, impregnada apenas pelo actual momento pandémico.

O teletrabalho cria novas obrigações – obrigações de parte a parte – mas não deverá ser prémio nem castigo para nenhuma delas.

Para os empregadores e para os trabalhadores, a distância traduz-se no estabelecimento de uma cultura de confiança e responsabilidade mútuas. A organização hierárquica mantém-se, naturalmente, e pede novas formas de concretização e acompanhamento. Não mudam os vínculos e obrigações de parte a parte. As estruturas de apoio ao colaborador e os seus direitos estão salvaguardados. O trabalho realizado à distância não os enfraquece em absolutamente nada.

O teletrabalho é fonte de oportunidades, mas suscita também algumas questões como por exemplo, a protecção dos



dados pessoais dos trabalhadores bem como dos dados que os mesmos processam, o respeito pela sua vida privada e a imperativa necessidade de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.

O teletrabalho permite que o trabalhador exerça as suas funções fora das instalações da Empresa. O trabalhador pode, portanto, desenvolver a sua actividade em casa ou num telecentro (por exemplo, se morar longe da Empresa ou for nómada digital).

O teletrabalho pode assumir configurações distintas:

- Teletrabalho nómada: o teletrabalhador exerce a sua actividade fora das instalações da Empresa, mas nem sempre a partir do mesmo local. Exemplo: Consultores e Comerciais.

- Teletrabalho pendular: esta forma de trabalho permite alternar a prestação de trabalho, alguns dias por semana, dentro e fora da Empresa.

- Teletrabalho colaborativo: o teletrabalhador desenvolve a sua actividade com outros intervenientes, geograficamente distantes, através de aplicativos, groupwares, etc...

“As novas formas de liderança implicam que os processos internos sejam mais colaborativos e menos hierárquicos”

À semelhança do que sucede no trabalho desenvolvido nas instalações da Empresa, também no teletrabalho, é fundamental garantir a segurança dos dados pessoais do utilizador e da Organização, através de procedimentos e protocolos de segurança, sendo necessário avaliar o nível de segurança dos dados pessoais e da organização; gerir os riscos de perda de privacidade; criptografar e garantir a integridade da informação e das assinaturas digitais; autenticar os utilizadores e gerir as autorizações; rastrear os acessos e gerir os incidentes; gerir a subcontratação de serviços; tornar seguras as comunicações/partilhas com outras entidades; etc...

Por outro lado, não obstante a faculdade de acompanhamento conferida ao empregador ser uma contrapartida normal e inerente ao contrato da prestação de trabalho, essa permissão não pode ser exercida de forma excessiva, violando o respeito pelos direitos e liberdades dos trabalhadores. Em termos concretos, um sistema que coloque os trabalhadores sob vigilância remota permanente, ainda que tenha como objectivo o controlo do tempo de trabalho, poderá ser excessivo, pelo que não deverá ser implementado, na premissa de existirem, seguramente, meios alternativos menos intrusivos que permitam o acompanhamento hierárquico da actividade do trabalhador.

Aliás, as novas formas de liderança implicam que os processos internos sejam mais colaborativos e menos hierárquicos. Neste contexto, enquanto nova organização do trabalho, o teletrabalho implica também a adopção de novos métodos de supervisão e avaliação do trabalho, devendo a sua implementação ser precedida de uma profunda reflexão da Organização sobre estas questões. Acredito que o acompanhamento hierárquico e funcional do trabalho prestado pelos colaboradores pode ser realizado através da definição de mapas e respectivos cronogramas que estabeleçam objectivos e metas a cumprir num determinado período. Naturalmente, esses objectivos deverão ser razoáveis, passíveis de quantificação objectiva e verificáveis a intervalos regulares.

Assumo a ousadia de considerar que, frequentemente, a mera implementação de um relatório regular do funcionário poderia ser um meio, não intrusivo, de controlar a sua actividade em teletrabalho. ■

* O autor escreve segundo o antigo Acordo Ortográfico



EMPREGO MAIS DIGITAL



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

O FUTURO COMEÇA AGORA

UM A UM, TODOS LIGADOS, VAMOS FAZER MAIS.

O Emprego Mais Digital é o plano de formação digital para recursos humanos que vai transformar Portugal num país do futuro. Um programa gratuito em quatro etapas para trazer mais produtividade, mais negócio, mais resultados e mais oportunidades às empresas. Não se atrase: dê mais valor à sua equipa. Ligue-se hoje ao futuro do trabalho.

O FUTURO JÁ COMEÇOU.

Adira ao programa como empresa, associação ou candidato individual em cip.org.pt/empregomaisdigital



MERCADONA

Plano de crescimento reforça aposta em Portugal

Atualmente com 21 lojas em Portugal, a Mercadona investirá um total de 150 milhões de euros nos 9 supermercados projetados para este ano, o primeiro dos quais abriu no dia 9 de junho, em Guimarães. A nível ibérico, a cadeia possui 1.641 supermercados e emprega 95.000 pessoas. Juan Roig, presidente da Mercadona, salienta os desafios decorrentes da Pandemia e assegura o reforço da aposta em Portugal, num modelo de negócio assente na transformação digital e na sustentabilidade.



Presente em Portugal desde 2016, a Mercadona abriu a primeira loja em 2019 e, atualmente, conta já com 21 no nosso país. No ano passado, faturou 186 milhões de euros, realizou um investimento de 113 milhões de euros e criou mais de 800 novos empregos, tendo atualmente um total de 1.700 colaboradores em Portugal. A nível global, e no âmbito do plano estratégico 2018-2023, a insígnia realizou um investimento de mais de 1.500 milhões de euros em 2020 e finalizou o ano com 1.641 supermercados, dos quais 70 (10 em Portugal) abriram no ano passado.

Em comunicado, a empresa refere que aumentou em 2020 as vendas consolidadas em superfície constante em 5,5 %, até aos 26.932 milhões de euros, e obteve um lucro líquido de 727 milhões de euros, mais 17%, após ter partilhado com a equipa 409 milhões de euros a título de prémios por objetivos, e 364 milhões de euros, mais 29%, com a Sociedade, a título de impostos.

Estes resultados são um claro indicador da determinação com que a Mercadona está a levar a cabo a brutal transformação em que se encontra imersa, para impulsionar um modelo mais digital, produtivo e sustentável. Juan Roig, presidente da Mercadona, sublinha ainda, que “o esforço de investimento realizado, além

A Mercadona abrirá um total de 9 lojas este ano, o que representa um investimento de 150 milhões de euros e prevê o recrutamento de mais 600 pessoas com contrato efetivo desde o primeiro dia

JUAN ROIG
PRESIDENTE DA MERCADONA

de gerar riqueza e atividade, materializou-se na criação de 5.000 postos de trabalho, estáveis e de qualidade, 4.200 em Espanha e 800 em Portugal, resultando numa equipa de 95.000 pessoas, 93.300 em Espanha e 1.700 em Portugal”. Dando continuidade ao seu plano de expansão em Portugal, a previsão da cadeia aponta para a abertura de mais 9 lojas este ano, o que representa um investimento de 150 milhões de euros, e prevê o recrutamento de mais 600 pessoas com contrato efetivo desde o primeiro dia.

Solidariedade na Pandemia

A gestão da situação pandémica que atravessamos constituiu um enorme desafio à empresa. Para enfrentar as exigências decorrentes

do Estado de Emergência declarado em Portugal e Espanha, a Mercadona adaptou rapidamente mais de 1.600 supermercados e restantes instalações logísticas, bem como as Colmeias (armazéns exclusivos para venda online) e os escritórios. O objetivo foi proteger a saúde e a segurança dos “Chefes” (como internamente designa os clientes) e dos 95.000 colaboradores, de modo a garantir o abastecimento de bens essenciais aos portugueses, depois do setor da distribuição ter sido considerado serviço essencial.

A empresa investiu 200 milhões de euros para implementar mais de 100 medidas e tornar efetivo o compromisso de garantir

a saúde e segurança. Disponibilizou artigos de higiene e prevenção, como gel desinfetante, papel e luvas, e aumentou os processos de desinfeção e limpeza, além de proporcionar aos colaboradores máscaras e óculos de proteção e instalar barreiras de proteção de acrílico nas caixas. Decidiu também redesenhar alguns negócios, como a Padaria e a Pastelaria, Pronto a Comer e a comercialização de presunto à faca ou de sumo de laranja recém-espremido. Para a garantia da segurança sanitária das equipas, os departamentos de recursos humanos e de informática desenvolveram o projeto 3C - Call Center COVID, um serviço telefónico adicional feito por profissionais de saúde que presta assistência 24 horas por dia, 7 dias por semana a toda a equipa, para esclarecer as dúvidas dos colaboradores e fazer o acompanhamento dos casos. Graças ao envolvimento da equipa, a empresa superou os diferentes cenários que enfrentou “e para reconhecer” este esforço extraordinário foi distribuído, em abril de 2020, um prémio extraordinário de 43 milhões de euros a todos os 95.000 colaboradores. Com o objetivo de proporcionar maior liquidez aos fornecedores, ampliaram-se as linhas de confirming no valor de 2.100 milhões de euros com várias entidades bancárias. Anteciparam-se

pagamentos a fornecedores e facilitou-se o acesso a financiamento, contribuindo para garantir a estabilidade financeira de um universo de mais de 600.000 pessoas. O presidente da Mercadona realça o contributo dos 3.000 fornecedores e dos seus colaboradores, os quais classifica como “uma referência e um exemplo para a sociedade”, enaltecendo “o seu esforço constante para continuar a atividade e ajudar a que a roda da economia não parasse”. Refere ainda a consciência do impacto social que a COVID-19 está a gerar e das suas consequências sociais e económicas. Por isso, a empresa reforçou o seu compromisso solidário em

Reconhecendo o esforço extraordinário da sua equipa durante a pandemia, a empresa distribuiu, em abril de 2020, um prémio extraordinário de 43 milhões de euros

2020 para oferecer uma resposta ágil e decidida às necessidades das pessoas mais desfavorecidas. “E fê-lo com a maior doação de alimentos realizada pela

Mercadona até à data: 17.000 toneladas de produtos distribuídos a cantinas sociais, bancos alimentares e outras instituições de solidariedade, das quais 15.800 em Espanha e 1.200 em Portugal”. Além disso, a empresa prestou outras ajudas relevantes, como as entregas de alimentos e produtos de limpeza nos Centros de Acolhimento Temporário para doentes COVID-19 no norte de Portugal.

Criação de Riqueza em Portugal

Com a abertura de mais 10 lojas em 2020, atingindo as 20 lojas no país, a Mercadona alcançou um volume de vendas de 186 milhões de euros. Com o objetivo de contribuir para a criação de riqueza, a Mercadona pagou 32 milhões de euros em impostos através da empresa Irmãdona Supermercados, sediada em Vila Nova de Gaia, onde se situam os novos escritórios inaugurados em junho de 2020. Durante o mesmo período, criou 800 empregos – todos sem termo – finalizando o ano com uma equipa de 1.700 colaboradores e um investimento de 113 milhões de euros.

A previsão para 2021 é de abrir mais 9 lojas no país, a primeira das quais abriu no passado mês de junho, em Guimarães. Com a finalidade de dar continuidade ao seu projeto de expansão em Portugal, a empresa investirá 150 milhões de euros e recrutará 600 pessoas, sempre com contrato efetivo desde o primeiro dia. A Mercadona, consciente do papel estratégico

Alguns dados Mercadona (Ano 2020)





e fundamental que desempenha no desenvolvimento da economia, considera o Setor Primário nacional como um motor de crescimento, quer para a empresa quer para o país. Comprando atualmente a 300 fornecedores comerciais nacionais, a empresa continua a apostar em manter relações de compromisso a longo prazo, conseguindo ao longo destes anos gerar sinergias e construir uma cadeia agroalimentar sustentável, eficiente, moderna e diferenciadora, que seja benéfica para

Em 2020, a Mercadona comprou produtos no valor de 208 milhões de euros a 300 fornecedores comerciais nacionais, representando um aumento superior a 65%, relativamente a 2019

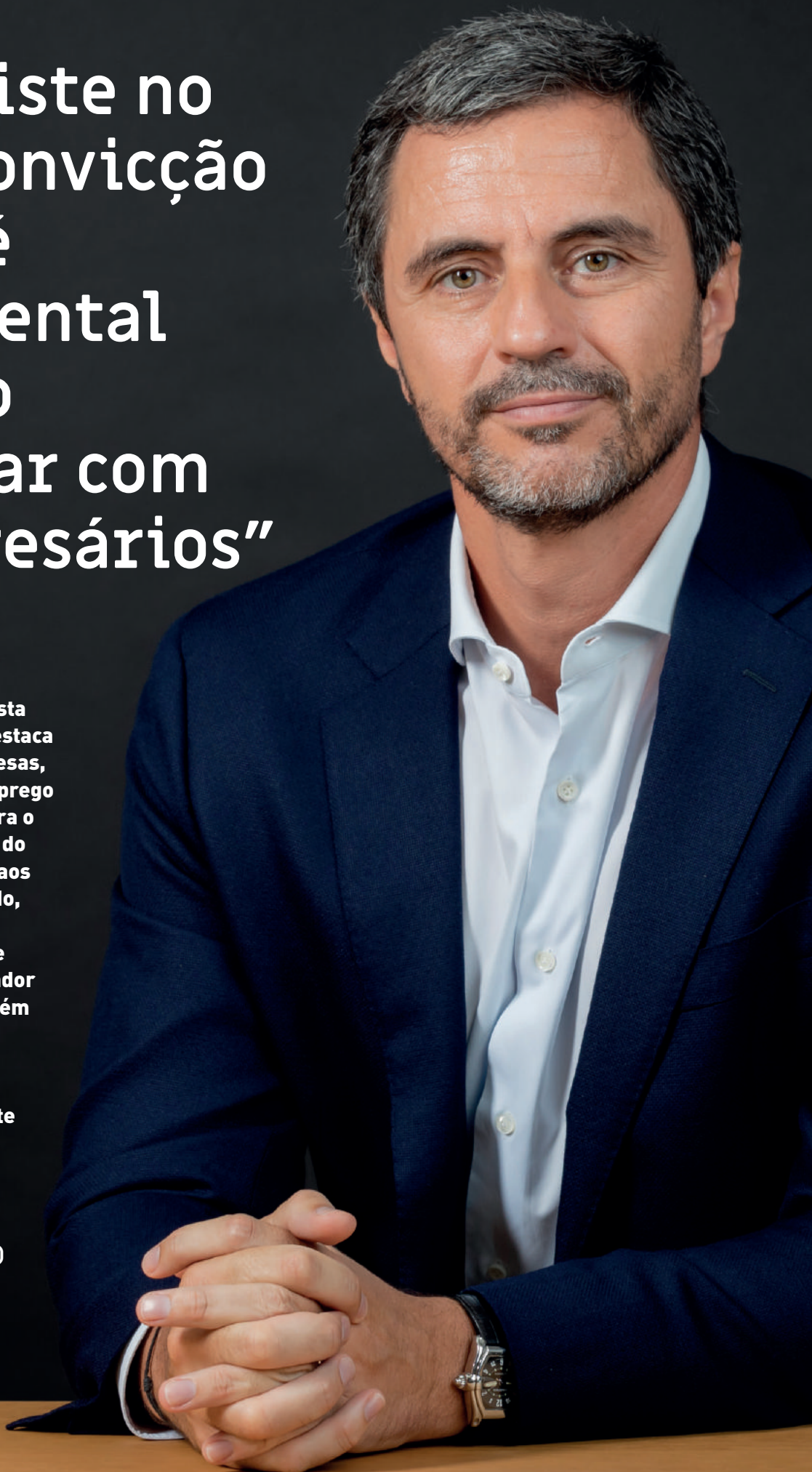
todos os elos. Em 2020, a Mercadona comprou produtos no valor de 208 milhões de euros a 300 fornecedores comerciais nacionais, representando um aumento superior a 65%, relativamente a 2019. Desde 2016, ano em que a empresa chegou a Portugal, o volume de compras teve um aumento de 400%, sendo que muitos destes produtos são exportados, ajudando os fornecedores a crescer juntamente com a Mercadona. Trata-se de uma procura constante de fornecedores especialistas para oferecer ao “Chefe” (cliente) produtos

com a máxima qualidade a preços imbatíveis, estabelecendo uma relação de ganhar-ganhar com os seus fornecedores, de forma que esta seja duradoura e de longo prazo. Esta interação, permite aos fornecedores da Mercadona focarem-se no crescimento, investimento, produtividade, inovação e planificação conjunta, conseguindo que os produtos sejam desenvolvidos com o foco na satisfação das necessidades do “Chefe”, num trabalho conjunto de troca de informações entre o Retalho – em contacto com o cliente – e o Setor Primário – na produção. ■

“Não existe no País a convicção de que é fundamental o Estado colaborar com os empresários”

Jorge de Melo assumiu a liderança da Sovena em 2018. Em entrevista à revista Indústria, o empresário destaca o papel das grandes empresas, enquanto criadoras de emprego e geradoras de riqueza para o país, e defende o aumento do seu peso no acesso direto aos fundos europeus. Do Estado, diz que deveria ser um facilitador de processos de inovação, enquanto legislador e pela via fiscal, mas também através da Educação, estimulando, desde os primeiros anos de vida, a pensar de forma diferente e criativa.

Jorge de Melo
CEO da Sovena



A transição digital e a sustentabilidade ambiental são dois grandes desafios que se colocam atualmente às empresas portuguesas e que foram já assumidos pelo grupo Sovena. Que projetos estão a desenvolver nestas áreas?

Na Sovena procuramos permanentemente identificar e adotar as melhores práticas em toda a nossa cadeia de produção de forma a garantir o alinhamento da cadeia de abastecimento dos nossos produtos. Aliás, o posicionamento recentemente assumido pela marca corporativa Sovena pretende refletir a sua capacidade de reinvenção constante e a sua visão perante o futuro da alimentação global. Este novo posicionamento refletido na assinatura 'Feeding Futures', tem na inovação – com as melhores práticas e uma procura contínua de inovação ao nível do produto, packaging e negócio – o principal drive de crescimento.

Ao nível da produção a nossa aposta passa pela transformação digital. As áreas em que nos estamos a concentrar são a digitalização das operações das unidades industriais para processos de compras, gestão de laboratório, qualidade, produção e controlo de stocks e otimização dos processos de planeamento de produção e da cadeia de abastecimento.

No que respeita à área da sustentabilidade, estamos a finalizar o Plano e a Estratégia de Sustentabilidade para os próximos três anos revisitando todos os temas de uma forma transversal a todas as áreas de negócio. Pretendemos alinhar os novos objetivos numa lógica que privilegie a valorização do impacto da nossa atividade nos ecossistemas, nas pessoas e nas comunidades e, naturalmente, no nosso negócio. Estamos a definir compromissos, objetivos e metas claros e partilhados por todos, para as áreas de sustentabilidade que identificámos como prioritárias. Para lhe dar um exemplo, desde 2019, que o PET reciclado foi assumido como uma prioridade para a Sovena: fizemos a incorporação de 28% de plástico reciclado que nos permite substituir, até 2025, mais de três mil toneladas de plástico virgem.

Quais as principais dificuldades que sentem no desenvolvimento destes processos?

São processos que nem sempre são rápidos de implementar, pelo menos o quanto gostaríamos. Estamos a falar de adaptações que implicam não só investimentos, mas adequação de processos, pelo que a rapidez é inimiga da qualidade de implementação. Mas, numa empresa como a Sovena, é preciso esta ambição e perseverança de não desistir perante as adversidades. Foram estas características que nos trouxeram até aqui e ser hoje uma empresa que atua em todas as fases da cadeia de valor.

“O legislador não tem noção das necessidades dos empresários e gestores, nem dos constrangimentos que estes têm no seu dia a dia”

Qual a avaliação que faz do papel do Estado, enquanto obstáculo ou facilitador de processos de inovação? Sobram barreiras e faltam incentivos? Quais?

Não acredito numa sociedade em que cabe ao Estado o papel central na inovação. A inovação deverá estar em tudo o que se faz e deverá ser transversal numa sociedade moderna. Nessa medida, ao Estado cabe a função de facilitador dessa mesma inovação. Caberá ao Estado, por exemplo, a função de estimular, desde os primeiros anos de ensino, a pensar de forma diferente e criativa, não criando barreiras e pré-conceitos. Só assim as Instituições de Ensino funcionarão como alimentadores de recursos humanos criativos, resilientes, com capacidades de adaptação perante grandes desafios. Só assim teremos perfis qualificados em áreas mais técnicas/tecnológicas e que, a prazo, se constituam como incubadoras naturais de startups, por exemplo.

Contudo, a meu ver, cabe ainda ao Estado, numa ótica de facilitador/legislador criar alguns incentivos diretos mais relevantes do que os que atualmente existem, de forma a terem um impacto real a curto prazo. Este aspeto poderá, no dia-a-dia das empresas, ajudar a promover processos de inovação.

Sabemos que os empregos do futuro serão diferentes, mais digitais, mais flexíveis, mais globais. Qual é o papel das empresas nesta transição? E que papel cabe ao Estado?

As empresas precisam de estar atentas aos sinais que os colaboradores vão dando e estar abertas a aceitar essas mudanças. Na Sovena já estávamos a alinhar algumas políticas nesse sentido, em que a pandemia veio ter um efeito acelerador. O Estado tem de criar as condições legais e regulamentares para que isso aconteça.

Quais os principais constrangimentos que se colocam atualmente ao desenvolvimento da atividade empresarial em Portugal?

Importa, em primeiro lugar ter noção que, em termos genéricos, Portugal é um mercado periférico com um tecido empresarial subdimensionado e presente sobretudo em atividades de baixo valor acrescentado. A este cenário acrescem os constrangimentos naturais e já conhecidos, como são a falta de escala e a ausência de um mercado interno relevante. Perante este cenário, resta-nos como alternativa trabalhar mais e melhor o desenvolvimento de competências, sobretudo de novas tecnologias; tirar melhor partido da estabilidade política e social; melhorar a agilidade do enquadramento jurídico e simplificar a carga burocrática. Adicionalmente, um enquadramento fiscal que promova o investimento e ajude a influenciar a escolha de Portugal para sedear investimento poderia ter um impacto positivo, pelo menos não desincentivando o investimento corporativo e individual face a outras geografias.

Sendo certo que parecemos poder estar »



“Quando se tentou reduzir o papel do Estado tivemos algumas dificuldades em estabelecer reguladores fortes e independentes, o que se reflete num Estado pouco exigente”

a caminhar no sentido da uniformização fiscal ao nível europeu, existem ainda algumas assimetrias mesmo dentro das geografias “não agressivas”. Não existe no País a convicção que é fundamental o Estado colaborar com os empresários, e ajudá-los na libertação das amarras da burocracia. O legislador não tem noção das necessidades dos empresários e gestores, nem dos constrangimentos que estes têm no seu dia a dia. Se tivessem essa noção diminuiriam o nível de burocracia com as necessidades intermináveis de licenças que levam muitas vezes os empresários a desistirem.

A ausência de um verdadeiro mercado de capitais e a concentração de

“Estou mais convencido dos méritos do incentivo à atividade económica através da baixa de impostos e/ou criação de deduções diretas de impostos ao investimento”

financiamentos na intermediação bancária configura outro constrangimento sério ao investimento e à atividade empresarial no País. Ao que se alia a ausência de cultura empresarial e a aversão ao risco. Características que poderiam e deveriam ser contrariadas desde muito cedo nos bancos das escolas, por exemplo.

É difícil ser empresário em Portugal? Porquê?

Eu diria que não é fácil até pelas razões acima elencadas. Só com muita resiliência e perseverança se aposta e se investe em Portugal. Nesta medida, estou convicto de que há espaço para melhorar e estou nesta atividade para criar valor para o meu País.



O contexto pandémico veio somar novos desafios aos já existentes. De que forma a Sovena de adaptou a esta nova realidade?

O último ano e meio ensinou-nos que eventos que nos poem à prova acontecem em todo o lado, até à escala global. Isto deve-se à inevitabilidade do risco, que qualquer empresário tem de enfrentar, e à responsabilidade de estar lado a lado com dezenas, ou centenas, de outros colaboradores que dele dependem. Nesta medida, aquando do alerta de pandemia por parte da Organização Mundial de Saúde foram imediatamente implementados planos de contingência, de segurança para as equipas das fábricas e de preparação para o teletrabalho para

aqueles que desempenham funções nos escritórios.

Esta pandemia veio demonstrar que é necessário ter retaguardas logísticas asseguradas. No nosso caso, o facto de termos três unidades industriais em Espanha e duas em Portugal foi a vantagem que permitiu à Sovena responder aos desafios imediatos que resultaram desta situação. A Sovena procurou também apoiar os profissionais de primeira linha, e todas as pessoas que, por se encontrarem em situação de fragilidade, estão também mais expostas às consequências do vírus. Elaborámos um plano de apoio à Rede de Emergência Alimentar, uma iniciativa estruturada a partir do Banco Alimentar de Portugal que visa levar alimentos a quem deles mais carece.

“Só com muita resiliência e perseverança se aposta e se investe em Portugal”

Como projeta o “novo normal” para as empresas portuguesas?

O mundo mudou. E o futuro será de adaptação, mas, espero, que seja também uma oportunidade para colocar em práticas as muitas lições que retirámos do último ano. Acredito que as empresas vão ter de ser mais flexíveis em todo o seu modo de funcionamento, relação com clientes e fornecedores, mais agressivas na procura de mercados internacionais, e sobretudo na procura de ganhar dimensão que lhes permita ultrapassar os tempos mais turbulentos que possam viver no futuro.

Perante a atual crise económica, a União Europeia assumiu um pacote financeiro no valor de 1,8 biliões de euros até 2027. Qual a avaliação que faz da resposta europeia e das prioridades de investimento assumidas?

Foi uma reação rápida e bastante adequada à natureza da crise atual. Contudo, há dois aspetos muito importantes a considerar: em primeiro lugar as consequências que terá no futuro o endividamento das economias, nomeadamente o rating e o custo de capital e, em segundo lugar o grau de liberdade dado aos governos para definirem o peso do Estado nos diferentes planos. No caso português, o Estado terá um peso de 66%. A meu ver é um excesso.

Preocupa-o a aplicação destes fundos em Portugal?

Creio que ainda há bastantes detalhes por esclarecer sendo que a aplicação destes fundos no dia-a-dia deverá ser mais clara. Contudo, estou mais convencido dos méritos do incentivo à atividade económica através da baixa de impostos e/ou criação de deduções diretas de impostos ao investimento. Se é um desígnio estratégico do País dinamizar determinadas áreas, nomeadamente a transição energética e sustentabilidade, faria mais sentido fazer uma discriminação positiva em termos de impostos/deduções. Mas houve entendimento diferente e, infelizmente, podemos estar a criar um monstro burocrático com impactos duvidosos na dinamização da atividade económica com custos que teremos de pagar seguramente mais tarde.

Acredito que as empresas estão no centro do círculo virtuoso da criação de riqueza. No entanto, a quase totalidade dos fundos de acesso direto destinados às empresas são exclusivos para as PME's que, embora componham a maioria do tecido empresarial, não têm a escala necessária para, por si só, fomentar um crescimento económico como o que se ambiciona. Por outro lado, importa salientar que, mesmo as empresas de maior dimensão ao nível nacional, quando vistas à escala global, são de reduzida dimensão, dificultando a competitividade do País à escala internacional.

“As grandes empresas em Portugal, ao contrário do senso comum, são responsáveis por grande parte da criação de postos de trabalho [e da criação de riqueza]”

As grandes empresas em Portugal, ao contrário do senso comum, são responsáveis por grande parte da criação de postos de trabalho, geram riqueza em si e nas economias em que estão inseridas pelo seu efeito multiplicador e, são uma importante fonte de receita fiscal. Por isso mesmo defendo iniciativas que fomentem o crescimento de todas as empresas, independentemente da sua dimensão, pois »



“Defendo iniciativas que fomentem o crescimento de todas as empresas, independentemente da sua dimensão”

não só reforça a capacidade competitiva do País ao nível internacional, como gera oportunidades para todos, incluindo para as PME's nacionais, criando um verdadeiro ambiente de crescimento sustentado e profícuo para todos, criando um verdadeiro círculo virtuoso. São importantes por isso iniciativas direcionadas às empresas e que incentivem a colaboração e criação de escala, fomentando também movimentos de fusões e aquisições, para que Portugal consiga prosperar internacionalmente. A agricultura e as indústrias alimentares têm um peso muito significativo na economia nacional e têm demonstrado uma resiliência extraordinária aos desafios do último ano. Contudo, e para que isto continue a ser possível, precisamos de medidas mais concretas que reforcem a capacitação de profissionais na utilização

de ferramentas e tecnologias inovadoras. Estas, aliadas a medidas que continuem a promover o investimento em ciência e tecnologia digital, vão permitir ao setor agrícola e às indústrias alimentares continuar a crescer e atrair novos profissionais.

Acha que há demasiado Estado na economia portuguesa?

Sim, sempre tivemos Estado a mais. Quando se tentou reduzir o papel do Estado tivemos algumas dificuldades em estabelecer reguladores fortes e independentes, o que se reflete num Estado pouco exigente. O papel do Estado na esfera económica tem sido negativo sempre que se assume como empresário (nacionalizações, defesa de empresas caducas, etc.). Numa perspetiva económica, podia ser muito melhor se concentrasse os seus recursos exclusivamente na criação de infraestruturas físicas ou outras; no seu papel de regulador verdadeiramente eficiente e na educação. Os incentivos devem continuar a acontecer, mas não através da insistência permanentemente nos apoios financeiros

e fiscais e no apoio direto ao investimento. Por exemplo, o controlo das despesas públicas com reformas estruturais e redução da taxa normal de IRC, traria um incentivo muito mais sustentado ao investidor.

“O futuro será de adaptação, mas, espero, que seja também uma oportunidade para colocar em práticas as muitas lições que retirámos do último ano”

O verdadeiro incentivo traduz-se em redução do custo de capital para a análise de investimento das empresas que queiram investir em Portugal (neste aspeto, importante é também a atenção ao rating da república). Mas, obviamente, que precisamos também de reduzir alguns obstáculos, como a corrupção e o excesso de burocracia. ■

Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho

No que ao desenvolvimento das relações laborais diz respeito, as matérias que lhe estão diretamente conexas têm de ser discutidas na CPCS, com vista ao alcance de um acordo sobre as mesmas, devendo o Governo desenvolver todos os esforços nesse sentido, através de uma negociação aprofundada, antes de remeter ao Parlamento quaisquer propostas legislativas nos domínios em causa.

Por Departamento dos Assuntos Jurídicos e Sócio-Laborais da CIP

A elaboração de um Livro Verde do Futuro do Trabalho consta do Programa do XXII Governo, que foi apresentado e debatido na Assembleia da República em finais de outubro de 2019. Em 09 de julho de 2020, o Governo deu início à discussão em torno dos aspetos-chave que haveriam de integrar o Livro Verde, com a realização do webinar “Futuro do Trabalho”, onde a CIP participou.

Entretanto, a discussão em torno do Livro Verde foi-se desdobrando em apresentações na Concertação Social e troca de documentos, que culminou, em 31 de março p.p., com a apresentação, por parte do Governo, na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), da versão completa do “Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho (Versão Trabalho/Discussão CPCS)”.

O documento reflete 150 “Linhas de reflexão das políticas públicas a desenvolver em Portugal”, divididas por 11 temas, que vão desde o Trabalho à distância e teletrabalho, o Trabalho em plataformas digitais, a Diversidade tecnológica, Inteligência artificial e algoritmos, os Tempos de trabalho, Conciliação entre a vida profissional

e a vida familiar e direito à desconexão, a Proteção social nas novas formas de prestar trabalho, as Competências, Formação profissional e aprendizagem ao longo da vida, entre outros e só para salientar os mais relevantes, sobre os quais a CIP elaborou Contributo remetido à CPCS em 10 de maio de 2021.

“Discutir o futuro do trabalho sem Empresas é o mesmo que discutir o futuro do trabalho sem trabalho”

Desde logo, sobressai que o compromisso em elaborar o Livro Verde, previsto no citado Programa do Governo, foi formulado meses antes de a infeção COVID-19, declarada pandemia pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020, ter alterado, por completo, as perspetivas

económicas e sociais que, na altura, se anteviam para o nosso País e para o Mundo.

Ou seja, a definição dos temas e objetivos que o Livro deveria prosseguir foram tomados num contexto e com perspetivas muito diferentes das atuais. Daí que o Livro aponte, claramente, para um caráter rigidificador do mercado de trabalho, ao invés de procurar exponenciar ou dar espaço para o desenvolvimento e aproveitamento dos efeitos positivos que decorrem da digitalização, mormente em matérias cuja definição poderia ser mais eficiente no âmbito da negociação entre as partes, ao nível coletivo ou individual.

Por outro lado – e o próprio Livro reconhece-o – há falta de informação, pelo que a CIP não entende como pode o mesmo precipitar-se, projetando a necessidade de regular tudo o que se lhe aparenta ser mais favorável a uma das partes da relação, mormente aquela que, intuitivamente ou com base em meras perceções ou estimativas, lhe parece ser a do trabalhador, ainda que o próprio possa não querer assumir esse estatuto.

Com este pano de fundo, a CIP tem ressaltado a dificuldade associada



a exercícios prospetivos, nomeadamente num contexto COVID e pós-COVID – o que implica uma estabilização e posterior recuperação económica e social –, e o carácter multidisciplinar das matérias impactantes no tema “O Futuro do Trabalho”.

Repare-se que, como consequência disto mesmo, temos, presentemente, em discussão no Parlamento, assuntos, como o teletrabalho, cuja evolução, em função da situação pandémica, precipitou a publicação de medidas avulsas (vg. Resoluções do Conselho de Ministros, o DL 10-A/2020, os sucessivos Decretos de regulamentação do Estado de Emergência e o DL 79-A/2021) e um debate manifestamente descoordenado.

Uma situação que não contribui para a necessária credibilização da Concertação Social, até porque foi o próprio Programa de Governo a enunciar que é a partir do Livro Verde “e do debate público nele baseado, incluindo na concertação social,” que se vai “avançar com propostas concretas e regulação da prestação de trabalho no quadro da economia digital”.

A discussão sobre o teletrabalho e outros assuntos do Livro Verde, como sejam o trabalho em plataformas digitais, a desconexão, a conciliação ou as novas formas de proteção social, devem, assim, manter-se, numa primeira fase, no âmbito da CPCS e, só posteriormente, serem objeto de eventual intervenção legislativa, caso esta venha a ser tida como necessária.

Ou seja, no que ao desenvolvimento das relações laborais diz respeito, as matérias que lhe estão diretamente conexas têm de ser discutidas na CPCS, com vista ao alcance de um acordo sobre as mesmas, devendo o Governo desenvolver todos os esforços nesse sentido, através de uma negociação aprofundada, antes de remeter ao Parlamento quaisquer propostas legislativas nos domínios em causa.

“O Governo persiste em evitar abordar temas que são incontornáveis para o Futuro do Trabalho, como o ambiente regulatório para as empresas e uma estratégia para a natalidade”

Para além deste aspeto nuclear, no domínio das discussões em torno do Livro Verde em apreço, como, aliás, no âmbito de toda a temática do Futuro do Trabalho, a CIP considera determinante a Educação e Formação Profissional – aspeto amplamente considerado no Livro Verde –, mas, também, a existência de uma política e de um ambiente

regulatório favorável às empresas e a forma como vamos enfrentar o desafio da natalidade.

Verifica-se, porém, que, no Livro Verde, se persistiu em evitar abordar os dois últimos citados aspetos, que são incontornáveis ao Futuro do Trabalho: as empresas, que dependem de uma política e de um ambiente regulatório que seja favorável ao seu surgimento e desenvolvimento, e as pessoas, bem dependentes de uma estratégia para natalidade.

E discutir o Futuro do Trabalho sem Empresas é o mesmo que discutir o futuro do trabalho sem trabalho.

Por outro lado, como é possível conceber o Futuro do Trabalho, em toda a sua plenitude, aqui incluída a sustentabilidade da produção e da Segurança Social, sem pessoas para trabalhar, investir, gerar rendimento e descontar para os sistemas fiscais e para fiscais?

Finalmente, a CIP vem constatando que o Governo se mostra insensível à necessidade de realizar um Livro Branco sobre o Futuro do Trabalho, o qual, partindo das reflexões obtidas do Livro Verde, contivesse possíveis medidas materializadoras de orientações neste domínio.

Depois de todo este exercício, tal insensibilidade consubstancia oportunidade perdida de contribuir decisivamente para encarar, com sucesso, o Futuro do Trabalho que se nos coloca a todos. ■

CONJUNTURA ECONÓMICA

Em Portugal e no mundo,
as expectativas melhoram,
à medida que a pandemia
é controlada

ENVOLVENTE INTERNACIONAL

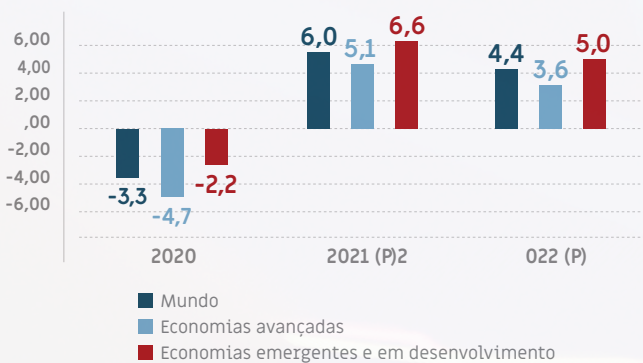
Perspetivas melhoram, mas divergências entre países e setores persistem

Em abril, o FMI voltou a rever em alta as suas estimativas e previsões, depois de apurados os resultados do segundo semestre de 2020 (melhores do que era esperado para a maioria das regiões), e refletindo o apoio orçamental adicional em algumas grandes economias, bem como as expectativas de recuperação antecipada, graças à vacina. O FMI enfatiza o impacto dos apoios públicos extraordinários (sem os quais a contração económica poderia ter sido três vezes mais profunda), mas alerta para as divergências registadas entre países e setores. Os indicadores coincidentes sugerem que a indústria e o comércio estão a regressar aos níveis anteriores à pandemia, mas ainda há caminho a percorrer no setor de serviços.

GRÁFICO 1

PIB no mundo, economias avançadas e em desenvolvimento

(variação real em %) 2020 a 2022 (P=Previsão)



Fonte: FMI

De acordo com as estimativas do Eurostat, a evolução do PIB no primeiro trimestre de 2021 divergiu significativamente entre os Estados-membros. Em média, o PIB voltou a recuar em comparação com o trimestre anterior (0,3% na área do euro e 0,1% na União Europeia), sendo Portugal o Estado-membro em que a contração foi mais profunda (-3,3%). Entre as economias de maior dimensão, a Alemanha,

Espanha e França registaram taxas de crescimento negativas, em cadeia (-1,8%, -0,5% e -0,1%, respetivamente), e a Itália um crescimento de apenas 0,1%. Noutros países, como a Grécia, a Croácia e, sobretudo, a Irlanda, a recuperação mostrou-se já bastante robusta. Em termos homólogos, a atividade económica caiu significativamente menos (-1,3% na área do euro e -1,2% na União Europeia), mas relativamente a um trimestre em que o impacto da pandemia já se começava a fazer sentir. Nas suas previsões da primavera, a Comissão Europeia projeta que as taxas de crescimento continuarão a divergir entre os diferentes Estados-membros, mas todos devem ver as suas economias regressar aos níveis anteriores à crise até o final de 2022. As projeções do crescimento do PIB na União Europeia foram revistas em alta, tanto para 2021 (para 4,2%) como para 2022 (para 4,4%).

COTAÇÕES INTERNACIONAIS

Euro novamente mais forte

Em março, o euro depreciou face ao dólar dos Estados Unidos, chegando a cotação a cair abaixo de 1,18 dólares por euro, mas a tendência de apreciação regressou em abril e maio, com a cotação a rondar 1,22 dólares por euro no final do mês.

GRÁFICO 2

Taxa de Câmbio EUR/USD (média mensal)

Maio 2020 a maio 2021



Fonte: Banco de Portugal

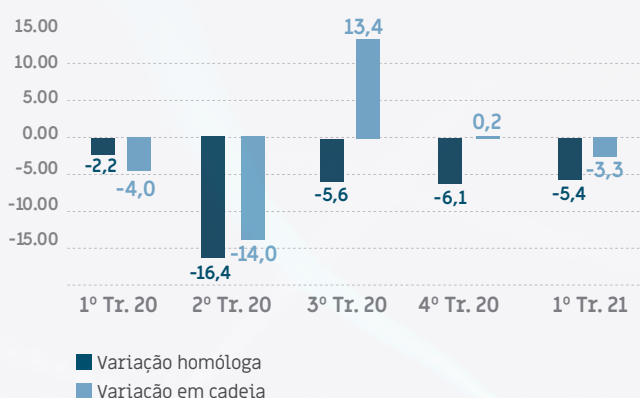
PORTUGAL

Atividade económica regressa ao caminho da recuperação após início do ano negativo**Atividade económica**

Os dados do primeiro trimestre refletem uma nítida degradação da atividade económica sob o impacto do confinamento geral no início deste ano – ver gráfico 4.

GRÁFICO 4**PIB – variação homóloga e em cadeia**

(em volume, %) 1T 2020 – 1T 2021



Fonte: INE

EVOLUÇÃO DO PIB NA ÓTICA DA PROCURA

Taxas de variação homóloga

	1º Tr. 20	2º Tr. 20	3º Tr. 20	4º Tr. 20	1º Tr. 21
PIB	-2,2	-16,4	-5,6	-6,1	-5,4
Consumo privado	-0,4	-14,4	-4,0	-4,6	-6,9
Consumo público	0,2	-3,9	2,7	2,6	2,8
FBCF	-0,3	-8,6	0,7	1,0	3,7
Exportações	-5,3	-39,2	-16,0	-14,3	-9,4
Importações	-1,8	-29,1	-11,1	-6,1	-5,4

Fonte: INE

O retrocesso na dinâmica de recuperação deveu-se sobretudo à evolução negativa do consumo privado (com exceção dos bens alimentares), mas também à redução muito significativa do turismo de não residentes, que se refletiu na contração das exportações, mais intensa que a observada nas importações.

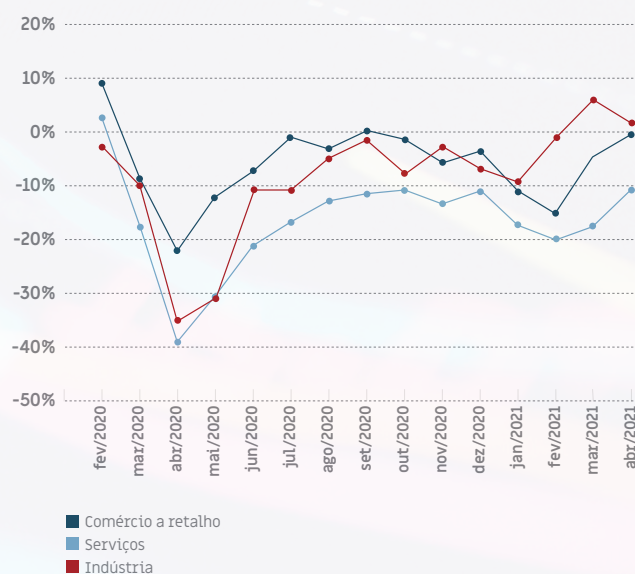
Pela positiva, há a assinalar o facto de o investimento ter resistido bem ao quadro adverso vivido no primeiro trimestre e ter consolidado a sua recuperação, ultrapassando já o nível registado antes da eclosão da crise. Outro desenvolvimento favorável foi a continuação da retoma das exportações de mercadorias, que contrariou (embora apenas parcialmente) o efeito no total das exportações de bens e serviços da contração da rubrica de turismo e viagens.

Na ótica da produção, registou-se um agravamento da evolução do comércio e serviços, com exceção das atividades financeiras, de seguros e imobiliárias, que regressaram a taxas de crescimento homólogas positivas. Para além deste setor, apenas a construção registou um aumento homólogo do VAB (4,5%), continuando a resistir à crise.

Os indicadores mensais mostram o regresso, em março e abril, da dinâmica de recuperação económica, embora com situações claramente diferenciadas segundo os setores – ver gráfico 5.

GRÁFICO 5**Índices de volume de negócios**

(Variações homólogas em %*) Fev. 2020 a abril 2021



Fonte: INE

Nota: Para evitar os fortes efeitos de base, os valores de março e abril correspondem à variação face ao mês homólogo de 2019 (situação pré-crise)

Na indústria, o volume de negócios atingiu já, em março, níveis superiores aos observados antes da crise, embora com algum retrocesso em abril. A situação continua, no entanto, a mostrar-se muito heterogénea do ponto de vista setorial. Entre as indústrias que ainda permanecem longe dos níveis pré-pandemia destaca-se o vestuário, com um volume de vendas 20% abaixo do observado há 24 meses. No comércio a retalho, o setor de produtos não alimentares retomou a recuperação, mas o volume de negócios ficou ainda 7,2% aquém do registado em abril de 2019, impedindo o índice global de regressar aos níveis pré-crise. Nos serviços, a situação tende também a desagravar-se, embora mais lentamente. O alojamento e restauração continua a ser o setor mais afetado, com um volume de negócios 53,4% abaixo do nível observado em abril de 2019.

PROJEÇÕES PARA A EVOLUÇÃO DO PIB EM PORTUGAL (%)

Fonte	2021	2022
Banco de Portugal março	3,9	5,1
FMI abril	3,9	4,8
Governo (Programa de Estabilidade) abril	4,0	4,9
Comissão Europeia maio	3,9	5,1
OCDE maio	3,7	4,9
Banco de Portugal junho	4,8	5,6

As projeções macroeconómicas divulgadas em abril e maio pelas instituições de referência internacionais convergiram com as avançadas em março pelo Banco de Portugal, no sentido de um crescimento do PIB em 2021 um pouco inferior a 4%, acelerando em 2022 para valores a rondar os 5%.

Estes valores apontavam para algum atraso na recuperação face à média da União Europeia, devido à severidade do impacto do segundo confinamento. Assim, após um crescimento abaixo da generalidade dos seus parceiros europeus no cômputo de 2021, a economia portuguesa recuperaria parcialmente esse atraso em 2022, com um desempenho acima do previsto para a União Europeia.

Já em meados de junho, o Banco de Portugal reviu em alta as suas projeções, para um crescimento do PIB de 4,8% em 2021 e de 5,6% em 2022, baseando-se na melhoria da confiança dos agentes económicos e em hipóteses mais favoráveis para a procura externa e para o investimento, em particular o público.

De acordo com estas projeções mais recentes, o crescimento do PIB em 2021-23 será superior ao da área do euro, compensando a maior quebra registada em 2020. O regresso do PIB aos níveis do final de 2019 antecipar-se-ia para o início de 2022. No entanto, o choque deverá ter efeitos duradouros em alguns segmentos da economia mais afetados pela pandemia.

Emprego e desemprego

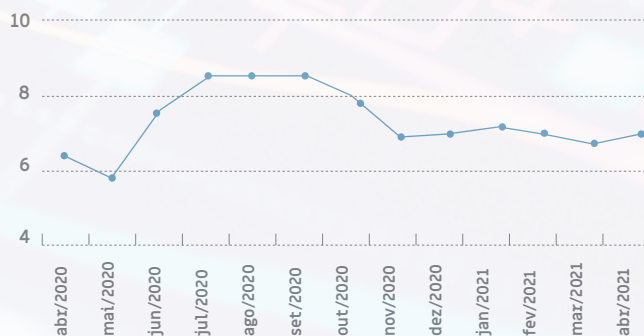
A dinâmica de recuperação no mercado de trabalho ressurgiu em fevereiro e março (com a criação líquida de 46,4 mil postos de trabalho), mais que compensando as perdas de dezembro e janeiro. Terá, depois, esmorecido em abril, mês em que o emprego parece ter estabilizado – segundo as estimativas provisórias do INE.

A taxa de desemprego terá regressado em abril ao mesmo nível registado de novembro a janeiro (6,9%), depois de ter diminuído em fevereiro e março para valores um pouco inferiores – ver gráfico 6.

GRÁFICO 6

Taxa de desemprego

(%, com correção de sazonalidade) Abril de 2020 a abril de 2021



Fonte: INE

Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia: um balanço

Podemos afirmar que a Europa avançou positivamente, embora não tanto como desejaríamos, para vencer os desafios, imediatos e futuros, com que se confronta. Podemos orgulhar-nos do contributo da PPUE para esse avanço, na construção de consensos, no seio do Conselho, nas negociações com o Parlamento Europeu e no trabalho com a Comissão Europeia.

Por António Saraiva, Presidente da CIP



No final do semestre em que coube ao nosso país a Presidência do Conselho da União Europeia (PPUE), podemos dizer que, globalmente, Portugal soube exercer eficazmente a sua missão.

Em novembro, tive a honra de ser o anfitrião do Conselho de Presidentes da BusinessEurope, que acolhendo consensualmente as prioridades da PPUE, deixou duas importantes mensagens: a primeira, programática, alertou que só com empresas competitivas seria possível alcançar os objetivos inerentes a essas prioridades; a segunda, espelho das preocupações mais imediatas dos líderes das 40 confederações de empregadores de toda a Europa, afirmou não ser hora de jogos políticos – antes de cumprir os compromissos encontrados e garantir que os fundos europeus seriam canalizados para a

economia real, sem mais atrasos.

O objetivo crucial da PPUE era, pois, o de acelerar processos, evitando percalços, para que os fundos europeus, tanto os do Plano de Recuperação para a Europa como os do Quadro Financeiro Plurianual (QFP), pudessem chegar à economia real com a maior brevidade possível.

Tanto no que respeita ao Instrumento de Recuperação e Resiliência, como aos fundos relacionados com a política de coesão, podemos afirmar que a PPUE cumpriu o seu papel. Contribuiu para que o processo legislativo tenha sido concluído com sucesso e abriu, assim, o caminho para as negociações dos Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) e dos Acordos de Parceria entre cada Estado-membro e a Comissão Europeia.

“Tanto no que respeita ao Instrumento de Recuperação e Resiliência, como aos fundos relacionados com a política de coesão, podemos afirmar que a PPUE cumpriu o seu papel”

Noutras frentes, também se registaram progressos, com o lançamento de muitas das iniciativas europeias prevista no QFP para 2021/2027, com particular destaque para o Horizonte Europa, com um orçamento de cerca de 95 mil milhões de euros para atividades de investigação e inovação, e para o InvestEU, que junta 14 instrumentos financeiros até agora existentes e sucede ao Fundo criado pelo Plano Juncker. De destacar, ainda, o facto da PPUE ter antecipado o início da reflexão sobre o futuro da governação económica europeia, reunindo responsáveis e especialistas europeus, em

28 de junho, numa cimeira de alto nível em Lisboa. No âmbito da Europa Social, a principal prioridade da PPUE centrou-se na Cimeira Social do Porto, nos dias 7 e 8 de maio: uma iniciativa com elevado simbolismo, mas arriscada, dada a dificuldade de consensos. A Cimeira revelou-se bem-sucedida, tendo sido adotado o Compromisso Social, subscrito por instituições europeias, parceiros sociais e organizações da sociedade civil. Este compromisso reflete o empenho de todos na implementação do Pilar Europeu dos

Direitos Sociais e em trabalhar em conjunto para promover uma recuperação inclusiva, sustentável, justa e geradora de emprego, assente numa economia competitiva que não deixe ninguém para trás. O seu conteúdo revelou-se equilibrado, não surpreendendo, por isso, as críticas que mereceu de forças mais extremistas, pouco amigas de entendimentos que contribuam para a paz social.

No que respeita à transição digital, avançaram, sob o impulso da PPUE, as discussões entre Conselho e Parlamento Europeu da Lei dos Serviços Digitais (DSA) – garantir ambiente online seguro e responsável – e da Lei dos Mercados Digitais (DMA) – garantir mercados digitais equitativos e abertos. Ainda no domínio legislativo, a PPUE ultrapassou um impasse de quatro anos, iniciando as negociações com o Parlamento Europeu, em articulação com a Comissão, para a revisão das regras em matéria de proteção da privacidade e da confidencialidade na utilização dos serviços de comunicações eletrónicas. Destaque, ainda, para os eventos Digital

Participação na Cimeira Social

→ Quatro anos após a assinatura de um acordo sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia deu, a 7 de maio, no Porto, um segundo impulso para reforçar este objetivo. A CIP participou na preparação, nas conclusões e nos compromissos que saíram deste encontro. O Presidente da CIP fez o balanço da participação na Cimeira Social e identificou os desafios das empresas e dos trabalhadores. “A

qualificação da população constitui um pilar essencial para o crescimento económico e para a promoção da coesão social, uma vez que potencia o aumento da competitividade, a modernização das empresas, a produtividade, a empregabilidade e a melhoria das condições de vida e de trabalho”, considerou António Saraiva, salientando ainda que “a chave do sucesso coletivo está na capacidade de adaptação das organizações e das pessoas”.



Seminário Empresarial

Portugal – África

→ Os desafios das alterações climáticas e a consciência da necessidade de caminhar para a sustentabilidade económica, social e ambiental têm ganho peso na agenda internacional. As exportações e o investimento proporcionam uma plataforma para galvanizar a ação conjunta no desenvolvimento sustentável, facilitando uma ponte de convergência de atuação para o relacionamento Portugal – África. Foi este o mote do Seminário Empresarial Portugal-África – “Exportar ‘Verde’: A internacionalização das empresas na era da sustentabilidade”, realizado pela CIP e pela AICEP Portugal Global no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. O evento decorreu a 22 de abril no CCB e visou apoiar o desenvolvimento de uma estratégia conjunta para a sustentabilidade. Contou, entre outros, com as intervenções de João Pedro Matos Fernandes, Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Ernesto Max Tonela, Ministro dos Recursos Minerais e Energia de Moçambique, António Saraiva, Presidente da CIP, e Luís Castro Henriques, Presidente da AICEP Portugal Global.

Day 2021 e Digital Assembly, ambos organizados pela PPUE e a Comissão Europeia. O primeiro culminou com a assinatura de três declarações pelos Estados-membros, com compromissos em domínios fundamentais como a conectividade digital entre a Europa, África, Ásia e América Latina, as startups e as tecnologias digitais

limpas. O segundo, apresentou o Programa Europa Digital e debateu o futuro da transformação digital na União Europeia, bem como os objetivos para a década de 2030.

De salientar, também, a inauguração, em 1 de junho, da primeira ligação de alta velocidade, por cabo ótico

“A PPUE ultrapassou um impasse de quatro anos para a revisão das regras em matéria de proteção da privacidade e da confidencialidade na utilização dos serviços de comunicações eletrónicas”

submarino “EllaLink”, entre a Europa e a América do Sul, ligando Sines a Fortaleza. Quanto à tributação digital, registaram-se avanços que nos aproximam de uma solução global no plano da OCDE, em alternativa à introdução de soluções unilaterais ao nível europeu ou nacional, que poderiam, em última análise, ter um impacto negativo nas PME e nos consumidores europeus. Merece, ainda, ser referida a organização conjunta da PPUE e da Comissão Europeia, em março, da Cimeira Europeia dos Consumidores, onde foi dado um impulso à realização da Nova Agenda do Consumidor.

Na área das relações internacionais, as conclusões da Cimeira com a Índia foram promissoras, apontando para o relançamento das negociações para um acordo de comércio livre, o início das negociações sobre um acordo de proteção do investimento e a adoção da nova Parceria de Conectividade. São de destacar os três eventos em que a CIP esteve envolvida, em parceria com a PPUE: com África, Mercosul e Índia, os dois últimos coorganizados com a BusinessEurope. Foram encontros que permitiram envolver as comunidades empresariais em debates muito ricos sobre o relacionamento da Europa com economias emergentes onde é possível potenciar oportunidades de negócio. Transita para a Presidência Eslovena o acordo com o Mercosul, onde, apesar dos significativos esforços desenvolvidos, a PPUE não conseguiu reunir condições para um desfecho positivo. Transitam também as preocupações quanto à necessidade de relançamento da

“Os três eventos em que a CIP esteve envolvida permitiram envolver as comunidades empresariais em debates muito ricos sobre o relacionamento da Europa com economias emergentes onde é possível potenciar oportunidades de negócio”

Evento sobre o Acordo UE-Mercosul

→ A CIP organizou a 30 de abril, em conjunto com a BusinessEurope e a Confederação Nacional da Indústria do Brasil (CNI), e com o apoio da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, o evento empresarial “O Acordo UE-Mercosul: Empresas brasileiras e da UE comprometidas com a sustentabilidade”. No evento, as empresas participantes relevaram a importância económica do acordo UE-Mercosul, dando especial realce à contribuição deste para a promoção da sustentabilidade. O presidente da CIP lembrou os

benefícios estratégicos do acordo no atual contexto mundial e o potencial económico da abertura comercial, de especial importância no pós-pandemia. Valdis Dombrovskis, Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia e Comissário para o Comércio internacional, referiu os grandes benefícios económicos que podem advir do acordo UE-Mercosul, mas também a necessidade de garantir, antes da sua ratificação, que as contrapartes do Mercosul estão empenhadas em contribuir para a sustentabilidade.



Mesa redonda de negócios entre UE e Índia

→ À margem da Cimeira UE-Índia realizou-se no dia 8 de maio uma mesa redonda de negócios entre a União Europeia e a Índia, organizada em parceria entre a CIP, a Confederação da Indústria Indiana (CII) e a BusinessEurope. O evento online contou com o apoio da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia e visou fortalecer a cooperação bilateral nas áreas do clima, digital e saúde. A oportunidade da iniciativa foi elogiada pelas empresas, que apontaram um caminho: a assinatura de um acordo de comércio com capacidade para aprofundar as relações bilaterais e investimentos recíprocos.

“Estabelecemos uma agenda ambiciosa. Queremos não apenas aproximar os nossos empresários, mas também definir a agenda em múltiplas áreas, para que as empresas se tornem veículos de aproximação entre os dois blocos económicos”, salientou na ocasião António Saraiva. O presidente da CIP referiu ainda que o memorando de entendimento assinado com a CII “estabelece as bases para promover uma maior cooperação empresarial entre Portugal e a Índia, através da promoção do comércio e investimento bilaterais e da aproximação das duas entidades, representantes do setor privado” (Ver pp 42/44).

“Transita para a Presidência Eslovena o acordo com o Mercosul, onde, apesar dos significativos esforços desenvolvidos, a PPUE não conseguiu reunir condições para um desfecho positivo”

agenda para o mercado interno, no sentido de eliminar barreiras e travar o crescimento de ameaças ou mesmo retrocessos ao nível da legislação europeia e de diferenças significativas na implementação de atos legislativos entre os Estados-membros. Transitam, ainda, as preocupações pela proliferação de novas exigências e obrigações legais, que implicam mais custos para as empresas ou mesmo ingerências injustificadas na sua autonomia.

Em jeito de balanço, podemos afirmar que a Europa avançou positivamente, embora não tanto como desejaríamos, para vencer os desafios, imediatos e futuros, com que se confronta. Podemos orgulhar-nos do contributo da PPUE para esse avanço, na construção de consensos, no seio do Conselho, nas negociações com o Parlamento Europeu e no trabalho com a Comissão Europeia. ■

**Prevenção,
indenização,
recuperação.**

Uma tripla ajuda para sair do eclipse.

Solicite informações 800 281 281

Atradius Crédito y Caución S. A. de Seguros y Reaseguros (Sucursal em Portugal). NIPC 980149959 - C.R.C. Lisboa nº 6653 - C. Social: 18.030.000 Euros. "Não dispense a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida".



Empresas europeias e indianas discutem caminhos da cooperação

Mesa-redonda de negócios, que decorreu à margem da 16.^a Cimeira UE-Índia, juntou altos responsáveis políticos e empresariais para discutir os caminhos da cooperação entre as duas economias em três áreas fundamentais: digitalização, clima e saúde.

A União Europeia (UE) e a Índia partilham uma longa ligação histórica, que pretendem reforçar, através do fortalecimento das suas relações comerciais e de investimento. Foi com esse propósito que se realizou a 8 de maio, no Porto, a 16.^a Cimeira UE-Índia, de onde saíram importantes conclusões com destaque para o relançamento das negociações para um acordo de comércio livre (ACL) (ver caixa). O evento que decorreu no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União

Europeia serviu de mote para uma mesa-redonda de negócios entre a UE e a Índia, onde foram debatidos caminhos para a cooperação entre as empresas europeias e indianas. Organizada pela CIP – Confederação Empresarial de Portugal, em parceria com a BusinessEurope e a Confederação da Indústria Indiana, o encontro centrou-se na discussão de propostas com vista ao fortalecimento da cooperação económica bilateral e à construção de uma agenda positiva comum, nas áreas do clima,

digitalização e saúde. O diálogo procurou explorar ideias concretas sobre o papel das empresas para o aprofundamento das diversas parcerias entre a UE e a Índia e no contexto do relançamento das negociações para o ACL UE-Índia, considerado um “game changer” nas relações bilaterais.

“Estabelecemos uma agenda ambiciosa. Queremos, não apenas aproximar os nossos empresários, mas também definir a agenda em múltiplas áreas, para que as empresas se tornem veículos



de aproximação entre os dois blocos económicos”, antecipava António Saraiva, Presidente da CIP, na sessão de abertura da mesa-redonda.

Digitalizar para transformar processos e negócios

O avanço das tecnologias digitais está a transformar processos e negócios e desempenhará um papel crítico no mundo pós-COVID. A conjugação de forças entre a UE e a Índia, em inovação e tecnologia, oferece importantes oportunidade no desenvolvimento de parcerias de co-desenvolvimento e testagem de novas tecnologias, capazes de fortalecer a competitividade e sustentabilidade das empresas e da sociedade em geral. Uma parceria estratégica e sustentada pode promover o comércio e o investimento, mutuamente benéficos, e pode ajudar a estimular inovações, crescimento económico e soluções sustentáveis em áreas como infraestruturas digitais, 5G,



“Queremos não apenas aproximar os nossos empresários, mas também definir a agenda em múltiplas áreas, para que as empresas se tornem veículos de aproximação entre os dois blocos económicos”

António Saraiva
Presidente da CIP

fábricas inteligentes, Inteligência Artificial, Blockchain, Internet das coisas, fluxos de dados e proteção e segurança cibernética.

Objetivos que ficariam mais próximos com a criação de um ambiente empresarial transparente, aberto, não discriminatório e previsível. Os responsáveis de ambos os blocos salientam a importância da adesão às normas internacionais e da eliminação de barreiras ao comércio, o que ajudaria a criar uma abordagem comercial “sem surpresas”, promovendo o comércio e o investimento.

No mesmo sentido, as empresas defendem a concretização de um acordo comercial abrangente, com três áreas de cooperação em destaque: cibersegurança, proteção de dados e as competências digitais, essenciais num mundo onde mil milhões de empregos serão transformados devido às novas tecnologias, durante a próxima década.



O compromisso deve ainda materializar soluções que permitam uma maior flexibilidade de vistos e autorizações de trabalho, sinergias na educação e um reforço da colaboração industrial entre os dois lados.

De destacar o potencial de simbiose UE-Índia, entre o poder de investigação, desenvolvimento e design da UE, e a capacidade indiana de trazer o elemento da funcionalidade.

Tirar partido do crescimento verde

A Índia e a UE estão empenhadas no movimento de esforços globais para combater as alterações climáticas e a conservação da biodiversidade, nomeadamente através do reforço da sua própria parceria em Energia Limpa e Clima. Um aprofundamento de relações que deverá incluir o aumento dos investimentos em infraestruturas relacionadas com a mitigação e adaptação às alterações climáticas, desde logo no setor da energia. Como signatários do Acordo de Paris, ambos os lados reconhecem a necessidade de definir metas ambiciosas, bem como o importante papel das empresas na abordagem aos riscos das mudanças climáticas.

A este propósito, as opiniões foram no sentido de que a UE e a Índia deveriam aprofundar a cooperação através de uma

atuação mais coordenada e integrada em matéria de regulamentação, tecnologia e investimento, e promover uma lógica de atuação em coligações ou alianças. Mas não só. Na lista de pedidos dos empresários, para a agenda UE-Índia no domínio da energia e clima, constavam ainda temas como a mitigação do risco e promoção do investimento em energias renováveis e tecnologia verde, incentivos para infraestruturas verdes, cooperação B2B em áreas como a troca de talento, a facilitação de vistos de trabalho, regras no acesso recíproco aos mercados, iniciativas conjuntas no domínio da inovação e financiamento para projetos de investigação conjuntos.

As empresas defendem a concretização de um acordo comercial abrangente, com três áreas de cooperação em destaque: cibersegurança, proteção de dados e as competências digitais

As empresas encorajaram ainda a Índia e a UE a aumentarem os investimentos e a cooperação conjunta em áreas

associadas à mitigação e adaptação às alterações climáticas, tais como, a mobilidade urbana, nomeadamente, os veículos elétricos; a construção de uma economia sustentável e comercialmente viável, baseada no hidrogénio verde; na descarbonização das indústrias de energia intensiva, como o aço, cimento, papel e químicos; na restauração da biodiversidade e gestão das águas; na economia circular; e no combate ao desperdício e às ineficiências na agricultura.

Os participantes foram unânimes quanto à necessidade de estabelecer com maior clareza objetivos de desenvolvimento sustentável para o curto prazo, para além daqueles estabelecidos a 30 anos, para 2050.

Cooperação global é vital na Saúde

O recente contexto pandémico demonstrou a importância da cooperação global em saúde, visando garantir o seu acesso a preços acessíveis. Neste quadro, a cooperação entre os dois blocos económicos apresenta oportunidades para ambas as partes, nomeadamente através do desenvolvimento de “uma nova abordagem ao comércio de produtos farmacêuticos” em que a Índia se pode tornar no parceiro de negócio da UE no setor. Foi enfatizada, nomeadamente, a necessidade de “pontos comuns”, na área da regulamentação e da aprovação pelas autoridades reguladoras do comércio de produtos farmacêuticos entre as duas regiões.

Os representantes do setor destacaram as oportunidades para a colaboração Índia-UE, em áreas como a telemedicina, telerradiologia, tele-diagnóstico e telepatologia, além da produção de produtos farmacêuticos e vacinas, pesquisa e desenvolvimento em saúde, diagnóstico e tratamento. Uma cooperação que poderia ser reforçada através de parcerias entre universidades, centros de investigação e hospitais, bem como através da criação de incentivos e condições adequadas para inovação e investimento. ■

Principais conclusões da Cimeira de Líderes UE-Índia

→ No passado dia 8 de maio realizou-se a 16.ª Cimeira UE-Índia com o propósito de reforçar a parceria estratégica entre as duas maiores democracias do mundo. No encontro que aconteceu por videoconferência, os dirigentes da UE e da Índia decidiram relançar as negociações para um acordo comercial, paradas desde 2013, iniciar as

negociações para um Acordo de Proteção de Investimentos e para um acordo sobre indicações geográficas e lançar uma parceria para a conectividade. Na véspera do encontro, e no quadro dessa aproximação, o Banco Europeu de Investimento anunciou três novas medidas para apoiar a recuperação da Índia na sequência da COVID-19.



Francisco Mantero

(1948-2021)

Francisco Mantero era um profundo conhecedor de África. Com mais de 40 anos de experiência em gestão de empresas nos PALOP e uma vida dedicada a promover o relacionamento entre a Europa e África, tinha a firme convicção de que o futuro dos dois continentes passava pelo

aprofundamento das suas relações. Desde logo, notava, África constitui a fronteira Sul da União Europeia e a sua população irá duplicar dos atuais 1,5 mil milhões de pessoas para os 3 mil milhões em 2100. Era por um maior envolvimento das empresas nacionais em África, que

se batia no seu trabalho na CIP. No Conselho Estratégico para a Cooperação, Desenvolvimento e Lusofonia Económica, presidia com grande dedicação e entusiasmo às reuniões que serviam o propósito de concertar as estratégias do setor privado nacional nos mercados em desenvolvimento.

Alertava para que não devêssemos esperar que a nossa ligação histórica a África desse às empresas portuguesas uma vantagem competitiva, do mesmo modo que as antigas relações históricas de Portugal com o Brasil, China, Japão ou com alguns países do Médio Oriente, não lhes trouxeram nenhuma.

Preferia destacar a grande riqueza que defendia ser a língua portuguesa, partilhada com outros oito países, os países da CPLP, seis em África, Brasil e Timor-Leste, sendo também língua oficial em Macau até 2049. Por isso, advogava que a nossa ambição comum deveria ser a de acrescentar valor económico e empresarial à partilha da língua portuguesa – o que, segundo Francisco Mantero, deveria ir para além dos países lusófonos – em benefício das nossas empresas em África, e nunca esquecendo que Portugal é o único Estado lusófono na União Europeia (UE).

A outra grande riqueza de Portugal, afirmava, é o seu extraordinário povo, destacando a conhecida capacidade de adaptação, de humildade, de engenho e de resiliência dos portugueses. Ser português no além-mar, dizia, é cada vez mais sinónimo de qualidade nos mais diversos domínios. Para Francisco Mantero, estas duas riquezas de Portugal deveriam constituir os pilares da nossa política económica externa, numa articulação aberta e descomplexada entre as empresas e o Estado.

A sua vida de trabalho ao serviço das relações empresariais com África incluiu passagens pela CCIP – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, pela Comissão Nacional da UNESCO, pelo Banco Mundial, pelo EBCAM – European Business Council for Africa and the Mediterranean, pelo Forum Afrique-Europe, entre outros. Presidiu a ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação e foi Secretário-Geral da Confederação Empresarial da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Recentemente, foi consultor da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, nomeadamente, membro do Advisory Business Council do MENA (Middle East & North Africa) e do Development Policy Group do BIAC – Business at OECD.

Para além de exercer funções de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da SEMAPA e da The Navigator Company, Francisco Mantero presidia, por indicação da CIP, ao Africa Network da BusinessEurope. Durante o seu mandato à frente deste grupo de trabalho, assumiu o papel fundamental de motivar as empresas europeias com interesse em África no sentido de uma atuação incisiva, na defesa dos seus interesses junto dos decisores europeus, em áreas-chave como a construção da nova arquitetura de financiamento europeia e o apoio a iniciativas de integração económica, como a Zona de Comércio Livre do Continente Africano. Acérrimo defensor do investimento na educação dos jovens africanos, acreditava que África é um continente cheio de talento à espera de oportunidades.

Durante o seu trabalho na CIP e na BusinessEurope, as pessoas que lhe eram mais próximas destacavam a sua liderança, simpatia e amizade enquanto qualidades inatas que colocava ao

serviço de ambas as organizações e que, aliadas à sua vasta experiência de vida, pessoal, social, académica e profissional, contribuíram decisivamente para a aproximação das empresas portuguesas e europeias às novas realidades em África, tendo sempre desempenhado as suas funções com enorme sentido de Serviço e Independência.

Acérrimo defensor do investimento na educação dos jovens africanos, acreditava que África é um continente cheio de talento à espera de oportunidades

Pelo mérito que foi demonstrando ao longo da sua vida, foi condecorado pelo Presidente da República do Brasil com o grau de Comendador da Ordem do Cruzeiro do Sul, pelo Presidente da República de São Tomé e Príncipe com a Medalha da Independência Nacional e pelo Presidente da República Portuguesa com o grau de Comendador da Ordem do Mérito.

Francisco Mantero deixou-nos precocemente aos 72 anos de idade, vítima de morte súbita, na sua casa de Cascais, no passado dia 11 de junho. O seu inspirador percurso de vida constituirá sempre um exemplo para a atuação de todos aqueles que pretendam, na vida, servir as causas em que verdadeiramente acreditam.

À família e amigos prestamos as nossas mais sinceras condolências.

**Que descanse em paz.
Nunca o esqueceremos. ■**

Posso apresentar-me?

O meu nome é

MOVIGEAR® performance

Sou o primeiro membro descentralizado da família MOVI-C® e tenho vários recursos com elevado potencial. Confira por si mesmo!

O design do meu cârter é bastante compacto

como eu sou composto por redutor, motor e eletrónica, não preciso de muito espaço. Além disso, peso até 50% menos do que as soluções de acionamento convencionais.

Poderá economizar energia e custos comigo

graças à mais elevada classe de eficiência energética IE5, de acordo com IEC TS 60034-30-2, e à mais elevada classe de eficiência de sistema IES2, de acordo com IEC 61800-9-2.

Comigo, o comissionamento é simples e rápido - conecte e produza!

A transmissão da chapa de características eletrónica, assim como de vários sinais do motor para a eletrónica, ocorrem através da integração digital do motor, sem qualquer esforço adicional de instalação.

Sou ideal para aplicações de posicionamento

desde a operação com controlo de velocidade, até ao posicionamento com o opcional encoder absoluto integrado, que conhece a sua posição mesmo após a falha de energia.

Comigo, o diagnóstico é simples e fiável,

uma vez que posso fornecer informações sobre causas e medidas corretivas através da minha consola opcional, a qual também permite o arquivo de configurações para comparação futura. É uma alternativa local ao PC, rápida, simples e conveniente.

Pode-me integrar e operar de forma simples

porque trabalho com todas as infraestruturas mais comuns baseadas em Ethernet, como PROFINET, EtherNet/IP™, Modbus TCP, POWERLINK e EtherCAT® / SBusPLUS.

Sou silencioso e trabalho muito bem, mesmo em áreas sensíveis,

já que não preciso de ventilador e o meu nível de ruído é baixo. Possui um design higiénico e uma versão opcional para aplicações em áreas húmidas.

A minha instalação é fácil e rápida

e é possível em menos de 100 segundos! Também estou disponível com ligações exclusivas por conectores e a montagem no veio facilita a instalação mecânica.

Pode-me dimensionar de forma ótima e reduzir o número de variantes

devido à minha elevada capacidade de sobrecarga, elevada gama de velocidades e binário constante em toda a gama de velocidade.



Sou particularmente indicado para transportadores horizontais, em diversos setores industriais, designadamente na logística, indústria alimentar e de bebidas, indústria automóvel e aeroportos.

Questões?

Contacte-nos: 231 209 670 / infosew@sew-eurodrive.pt

SEW
EURODRIVE

É TEMPO DE PÔR A ECONOMIA A ANDAR.

VAMOS LÁ!

Millennium
bcp



Para o financiamento da Economia, o Millennium é o Banco que está ao lado das Empresas.
Tudo para que o seu negócio retome a atividade e cresça.
Por isso, vamos lá!

Saiba mais com o seu Gestor, numa Sucursal ou em millenniumbcp.pt

Millennium
bcp Empresas

AQUI CONSIGO